

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DOMINGOS JOAQUIM FRANCISCO

DESEMPENHO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E BRASIL
NO SETOR PETROLÍFERO NO PERÍODO DE 2006-2017

CRICIÚMA
2018

DOMINGOS JOAQUIM FRANCISCO

**DESEMPENHO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E BRASIL
NO SETOR PETROLÍFERO NO PERÍODO DE 2006-2017**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^aDr^a Melissa Watanabe

**CRICIÚMA
2018**

DOMINGOS JOAQUIM FRANCISCO

**DESEMPENHO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ANGOLA E BRASIL
NO SETOR PETROLÍFERO NO PERÍODO DE 2006-2017**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, aos 26 de Novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Melissa Watanabe- Doutora- (UNESC) - Orientador

Prof. Miguelangelo Gianezini -Doutor - (UNESC) Examinador

Prof. Alex Sander Bristot de Oliveira - (UNESC) Examinador

Dedico o meu trabalho de conclusão do curso a Deus por nunca me ter deixado só, ao meu querido e saudoso pai André Francisco e a mulher mais linda do universo a minha mãe Rosalina Joaquim, aos familiares especificamente meus irmãos e sobrinhos, amigos e meus irmãos em Cristo Jesus. Obrigado por toda força e amor recebidos de vossa parte. Amor transbordante sinto eu por vós!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, por tudo que É, e pela sua fidelidade em cumprir todas as suas promessas em minha vida.

Ao meu amado pai em memória, que sempre esteve presente em minha vida e pelo forte zeloso que teve em me proporcionar aquilo que ninguém pode roubar de mim, a educação e por me ensinar a lidar com a escassez e a bonança. A mulher que eu mais amo neste mundo, a minha mãe pela dedicação e amor que ela sempre teve para cuidar de mim.

Agradeço também aos meus professores durante o curso todo, que com eles muito aprendi, teorias e práticas, e o que realmente é ser um economista, e não simplesmente pelo aprendizado em salas de aulas, mais também as experiências de vida contadas por cada um, vos considero uma fonte rica de conhecimento, especialmente ao professor e mestre Amauri Porto Junior que sempre foi muito rígido comigo gerando assim um grande incentivo e dedicação na faculdade, a professora Dr^a Natália Martins que o considero como uma verdadeira mãe e por ela ser também minha irmã em Cristo, agradeço a minha querida professora Dr^a Melissa Watanabe, por me orientar neste trabalho. Aos meus colegas economistas, sobretudo os angolanos que muito aprendi com eles, lhes proporciono a minha gratidão. Meu agradecimento vai para os meus irmãos em Cristo quer de Angola como do Brasil que sempre estiveram comigo nos bons e maus momentos.

Agradeço aos meus amigos e irmãos os Kalomboloca, que sempre estiveram comigo nos bons e maus momentos dividindo a mesma casa neste espaço de tempo, com eles aprendi o que é realmente uma verdadeira amizade. Ao pessoal da feira de economia solidária da Unesc, especialmente a dona Regina, a dona Eliane e o prof. Dimas, por me ajudarem nas vendas das rifas fazendo contribuição que me ajudaram a pagar a negociação bem na reta final para concluir o curso, o Max meu monitor que me ajudou bastante durante o curso.

Também agradeço pela vida da menina Adelina Kiala, amiga que conheci bem na reta final do curso e me proporcionou grandes ajudas para concluir o curso de economia, talvez sem essa menina não iria conseguir terminar o curso no momento, ao professor Janir Paim, a síndica do edifício Aguiar, Senhora Marleni Aguiar. Agradeço a todos em geral que me ajudaram direta e indiretamente nesta caminhada.

“O gênio é composto por 2% de talento e 98%
de perseverante aplicação.”

Ludwing Van Beethoven

RESUMO

Resumo: Neste trabalho pretende-se explicar sobre o intercâmbio comercial entre Angola e Brasil durante o período de 2006 a 2017, especificamente no setor petrolífero e frisar sobre a importância da economia internacional para os dois países. Diante desta temática tem-se como problema de pesquisa, ou seja, pretende-se responder a seguinte indagação: Como está apresentado a pauta de importação e exportação, e qual o desempenho do intercâmbio comercial entre Angola e Brasil no setor petrolífero concernente ao período de 2006 – 2017. No presente trabalho utiliza-se como método de pesquisa, uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter descritivo pois tem como objetivo descrever os fatores que desenvolvem o mercado petrolífero aberto entre Brasil e Angola. No entanto, delinea-se especificamente em um caráter de pesquisa bibliográfica, ou seja, documental (livros, revistas, artigos, jornais). Como procedimento de coleta de dados tem-se como analisados e coletados por meio de instituições governamentais como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Banco Nacional de Angola (BNA), organizações independentes como FMI, OPEP, Banco Mundial, e Sonangol. Como resultados introdutórios, observa-se que historicamente o Brasil é o primeiro país a reconhecer Angola como independente em 1975. A partir daí o Brasil passou a ser um dos maiores aliados comerciais de Angola. Portanto, nos anos setenta, as relações econômicas entre Angola e Brasil foram estruturadas de acordo com o fluxo comercial: o Brasil exportou produtos manufaturados e semimanufaturados e Angola exportou petróleo e derivados. Contudo, a empresa petrolífera brasileira, isto é, a Petrobrás tem atuado em Angola desde 1979 e Sonangol. Para fundamentar a teoria deste trabalho, referencia-se como os principais autores do comércio internacional, como: Krugman e Obstfeld (1997), Blanchard (2011), Almeida (2001), Cassano (2002) e outros. Para Krugman e Obstfeld (1997), o estudo da economia internacional tem sido cada vez mais importante no nosso tempo do que nos tempos anteriores. Por causa do comércio internacional de bens e serviços, os países estão mais inter-relacionados economicamente como jamais estiveram. Consequentemente, as barreiras econômicas estão sendo cada vez mais rompidas. Esses autores fazem uma menção da relevância que a economia internacional, tem para o crescimento econômico do Estados Unidos de América, e se a economia internacional foi e é crucial para o crescimento da economia Norte Americana, ela também pode ser crucial para países como Brasil e Angola. Espera-se assim com este trabalho, criar dados, identificar as principais vantagens das relações econômicas entre Angola e Brasil especificamente no comércio voltado ao petróleo e verificar o efeito da balança comercial entre os dois parceiros.

Palavras chaves: economia internacional, relação econômica, balança comercial, Petróleo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Produção mundial em milhões de barris de Petróleo por dia (2007-2016)	32
Tabela 2 Exportações mundiais de milhões de barris de petróleo bruto por dia (2007-2016)	33
Tabela 3 Importações mundiais de milhões de barris de petróleo bruto por dia (2007-2016) .	34
Tabela 4 Produção de petróleo da OPEP em milhões de barris por dia (2007-2016)	35
Tabela 5 - Exportação em milhões de barris de petróleo diariamente (2007-2016).....	36
Tabela 6 - Destino das exportações de petróleo bruto em bilhões de dólar de 2006 a 2017....	42
Tabela 7 - Histórico de volumes de barris vendidos por preço de 2006 a 2017.....	43
Tabela 8 - Histórico da venda de petróleo bruto (US\$ bilhões)	44
Tabela 9 - Histórico das exportações de Angola no período de 2006 a 2017	45
Tabela 10 - Os países que mais efetuam suas exportações (bilhões de US\$), para Angola....	46
Tabela 11 - Importação por classificação econômica em bilhões de U.S Dólares (2006-2017)	48
Tabela 12 - Histórico do Pib de Angola em bilhões de US\$ (2006-2017).....	50
Tabela 13 - Histórico da (%) da exportação e importação sobre o PIB	50
Tabela 14 - Histórico da balança comercial de Angola em bilhões de US\$ de 2006 a 2017..	51
Tabela 15 - Histórico da taxa de cambio de Angola comparado ao dólar (2000-2017).....	52
Tabela 16 - Destinos das exportações brasileiros em bilhões de US\$ (2000-2017)	54
Tabela 17 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017)	55
Tabela 18 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017)	57
Tabela 19 - Continentes que o brasil importa em bilhões US\$ (2000-2017)	58
Tabela 20 - Destino das importações brasileiras em bilhões US\$ (2000-2017).....	59
Tabela 21 - Importação de bens em bilhões de US\$ (2000-2017)	60
Tabela 22 - Histórico da balança comercial do Brasil de 1997 a 2017	61
Tabela 23 - Histórico da taxa de cambio brasileiro comparado ao dólar (1995-2017)	62
Tabela 24 - Histórico das exportações do Brasil para Angola (2006-2008)	64
Tabela 25 - Principais produtos de exportação do Brasil para Angola em milhões de US\$ (2009).	64
Tabela 26 - Principais produtos de exportação do Brasil para Angola em milhões de US\$ (2010- 2015).....	65
Tabela 27 - Principais produtos de exportação do Brasil para Angola em milhões de US\$ (2016- 2017).....	65

Tabela 28 - Principais produtos de exportação de Angola para Brasil em milhões de US\$ (2006-2007).....	66
Tabela 29 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2008-2009)	67
Tabela 30 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2010-2011)	67
Tabela 31 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2012-2013)	68
Tabela 32 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2014-2015)	68
Tabela 33 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2016-2017)	69
Tabela 34 - Balança comercial, Angola e Brasil de 2000 a 2017.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações mundiais de milhões de barris de petróleo bruto por dia (2012-2016)	
.....	34
Gráfico 2 - 5 Principais destinos de exportação de Angola em 2011	42
Gráfico 3 - Histórico da venda de petróleo bruto (US\$ bilhões).....	44
Gráfico 5 - Histórico percentual de países que exportam produtos para Angola (2006-2017).	47
Gráfico 6 - Importação por classificação econômica em bilhões de U.S Dólares (2006-2017)	
.....	48
Gráfico 7 - (%) das importações por classificações econômicas (2006-2017).....	49
Gráfico 8 - Histórico da (%) da exportação e importação sobre o PIB (2006-2017).....	50
Gráfico 9 - Histórico da balança comercial de Angola de 2006 a 2017	52
Gráfico 10 - Balança comercial brasileira (1995-2016)	53
Gráfico 11 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017).....	54
Gráfico 12 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017).....	56
Gráfico 13 - Continentes que o Brasil importa em bilhões US\$ (2000-2017	58
Gráfico 14 - Destino das importações brasileira em bilhões US\$ (2000-2017).....	59
Gráfico 15 - Histórico da taxa de câmbio brasileiro comparado ao dólar (1995-2017).....	62
Gráfico 16 - Balança comercial, Angola e Brasil (2000-2017).....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Apex-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BM	Banco Mundial
BNA	Banco Nacional de Angola
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
SADC	Comunidade de Desenvolvimento dos países da África Austral
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
FMI	Fundo Monetário Internacional
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNASUL	União das Nações Sul Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A ECONOMIA INTERNACIONAL	19
2.1 ECONOMIA FECHADA	19
2.2 ECONOMIA ABERTA	20
2.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL	21
2.3.1 Órgãos reguladores e intervenientes do comércio internacional	24
2.4. BARREIRAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL	25
2.4.1 Barreiras técnicas	26
2.4.2 Barreiras sanitárias e fitossanitárias	26
2.5 ACORDOS INTERNACIONAIS	27
2.5.1 Acordos regionais.....	28
2.5.2 Acordos gerais de preferência – sgp	30
3 RESULTADOS DA PESQUISA	31
3.1 O SETOR PETROLÍFERO MUNDIAL	31
3.1.1 Membros da Opep	35
3.1.2 Petróleo em Angola	36
3.2 ACORDOS COMERCIAIS ENTRE ANGOLA E BRASIL	37
3.2.1 Dados sobre acordo bilateral feito pelos dois países voltados ao setor petrolífero.....	38
3.3 ANGOLA E O COMÉRCIO EXTERIOR	40
3.3.1 Os principais destinos do petróleo bruto de angola no período de 2006 a 2017	41
3.3.2 Histórico de venda de barris de petróleo por preço no período de 2006 a 2017.	43
3.3.3 Histórico das exportações de Angola no período de 2006 a 2017.....	44
3.3.4 Os países que Angola mais importou os seus produtos no período de 2006 a 2017.	46
3.3.5 Porcentagem de importação e exportação sobre o pib.....	49
3.3.6 Históricos da balança comercial de angola de 2006 a 2017	50
3.3.7 Histórico da taxa de câmbio de 2006 a 2017	52
3.4 BRASIL E O COMÉRCIO EXTERIOR.....	53
3.4.1 Exportações continentais do brasil	53
3.4.2 Importação continental do Brasil.....	57
3.4.3 Históricos da balança comercial brasileira de 1997-20017.....	60

3.4.4 Taxa de câmbio.....	61
3.5 COMERCIO ENTRE BRASIL E ANGOLA.....	63
3.5.1 Exportação do Brasil para Angola.....	63
3.5.2 exportações de Angola para o Brasil.....	66
3.5.3 Balança comercial, Angola e Brasil de 2000 a 2017.....	69
4 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

As relações econômicas Brasil-Angola tiveram início quando os primeiros africanos foram trazidos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Angola participou ativamente da formação do povo brasileiro, sendo considerada a mãe negra do Brasil (CUNHA, 2002).

Segundo Badin e Morosini (2017), O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. Com os acordos nucleares que Brasil fez com Alemanha e, sobretudo, a busca por outros fornecedores de petróleo, Angola tornou-se, nestas circunstâncias, uma alternativa para o Brasil no auge da crise mundial do petróleo. Concomitantemente, nos anos 1970, as relações econômicas entre Angola e o Brasil foram estruturadas de acordo com o fluxo comercial: o Brasil exportou produtos manufaturados e semimanufaturados e Angola exportou petróleo e derivados. Em 1979, o Brasil investiu diretamente pela primeira vez em Angola, especialmente no setor petrolífero do país, por meio da agência Petrobras, cuja participação combinou acesso a fontes de petróleo com a oportunidade de exportar produtos e tecnologias brasileiras.

A economia angolana é dependente das receitas petrolíferas. Nos últimos anos, o setor petrolífero e os altos preços internacionais de seus produtos alimentaram a elevação da taxa de crescimento do país. O aumento da produção de petróleo sustentou um crescimento médio de mais de 15% ao ano, de 2004 a 2007. Tanto que entre os anos 2008 e 2011, a economia angolana registrou menores saltos, mas igualmente significativas, taxas de expansão, tendo em conta que a demanda e os preços internacionais do petróleo sofreram alguma retração, sobretudo no biênio 2009 a 2010. Em 2011, o crescimento da economia de Angola foi de 3,9% e, em 2012, 8,4%. Na África, Angola foi o país que apresentou o quinto maior crescimento real de sua economia em 2012. As últimas estimativas do FMI para Angola indicam crescimento real de 6,2% em 2013 e de 7,3% em 2014 (ANGOLA, 2015).

A exploração do petróleo representa 47% no PIB. De cerca de 900 mil barris por dia (bpd) em 2002, a produção passou para 1,7 milhão de bpd em 2010. Aproximadamente 60% das receitas do Estado provêm da atividade petrolífera. Mantido o ritmo de atual extração, as reservas comprovadas de petróleo de Angola poderiam esgotar-se dentro de pouco mais de vinte anos. Novas descobertas deverão prolongar consideravelmente este período (ANGOLA, 2015).

Por tanto, neste trabalho pretende-se explanar sobre o desempenho do intercâmbio comercial entre Angola e Brasil, no setor petrolífero no período de 2006-2016. Para Krugman

e Obstfeld (1997), o estudo da economia internacional tem sido cada vez mais importante no nosso tempo do que nos tempos anteriores. Por causa do comércio internacional de bens e serviços, os países estão mais inter-relacionados economicamente como jamais estiveram.

Diante desta temática tem-se como problema de pesquisa, ou seja, pretende-se responder a seguinte indagação: Como está apresentado a pauta de importação e exportação, e qual o desempenho do intercâmbio comercial entre Angola e Brasil no setor petrolífero concernente ao período de 2006 - 2017? A partir dos anos pós guerra especificamente os anos de 2006 a 2008 Angola passou a ter grandes superávits na sua balança comercial, demonstrando um perfil voltado a ascensão concernente o comércio exterior.

Diante do tema relacionado com o comércio internacional, o objetivo geral se propõe a estudar o ocorrido durante o período de 2006-2017, concernente o comércio no setor petrolífero realizado bilateralmente, entre Angola e Brasil. No entanto, apresentar o comportamento dos fluxos comerciais entre os dois países, tomando por base, fundamentalmente, resultados da balança comercial, de indicadores de concentração das exportações e importações e de comércio. E descrever o posicionamento do Brasil e Angola no que se refere à atividade petrolífera e os seus acordos políticos, concernente o período de 2006 - 2017. Para tal se apresentará dados mundiais do setor petrolífero, bem como dados secundários referentes especificamente dos países estudado no caso, Angola e Brasil.

Deste modo, se apresentará algumas estratégias para trazer resposta ao problema do presente trabalho, portanto, tem-se como objetivos específicos:

- Levantar dados sobre acordos bilaterais feito pelos dois países voltados ao setor petrolífero;
- Apresentar graficamente a evolução do comércio exterior entre Brasil e Angola, no período de 2006-2017, no setor do petróleo;
- Classificar os produtos da pauta comercial do setor petrolífero;

A busca de êxitos nos objetivos citados foi realizada, uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter descritivo pois tem como objetivo apresentar, ou seja, descrever a performance do intercâmbio comercial entre Angola e Brasil voltado ao setor petrolífero num determinado período. Algumas pesquisas descritivas vão além do simples fator de identificação concernente a existência de relações entre variáveis com objetivo de determinar o ambiente dessa relação. As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que frequentemente os economistas preocupados com a atuação prática realizam, que consequentemente são também os mais solicitados por organizações como instituições voltadas ao governo, empresas comerciais, partidos políticos, etc (GIL, 1995).

O presente trabalho está delineado especificamente em um feitiço de pesquisa bibliográfica, e documental. As pesquisas deste grupo são caracterizadas normalmente por serem os seus dados obtidos não a partir de pesquisas feitas em pessoas, mais por intermédio de livros, revistas, jornais e todo tipo de documento que podemos imaginar. Apesar de que a maioria das pesquisas em um específico momento se baseiam em fontes dessa natureza, são em grande parte os trabalhos que são desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes voltadas para pesquisa bibliográfica ou documental (GIL, 1995).

Com o procedimento de coleta de dados feito no presente trabalho, ou seja, os dados serão analisados por intermédio de instituições governamentais como o Ministério da indústria, comércio exterior e serviços (MDIC), banco nacional de Angola (BNA) e organizações independentes como Banco Mundial, FMI, OMC, OPEP.

Concernente ao procedimento de análise de dados, utiliza-se no presente trabalho a pesquisa documental e bibliográfica. Obtendo resultados por meio de uma série de análise de documentos como: relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, e bases de dados. Segundo Gil (2007), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Os livros possuem fontes bibliográficas na sua essência; as pesquisas documentais são voltadas a documentos de primeira mão que por sua vez, não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal. De outro lado existe um documento de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: Relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas e outras fontes.

O estudo sobre o tema em âmbito específico, demonstra a necessidade de avançar na problematização das relações comerciais entre países com realidades socioeconômicas distintas. O estudo busca demonstrar a relevância de Angola concernente ao setor petrolífero, e o quanto a sua balança comercial é impactada por este setor. A presente pesquisa apresenta uma contribuição no que tange à característica que o setor petrolífero apresenta em âmbito mundial, pois por hora é ainda o setor que oferta energia a menor custo. Por maior que seja o esforço em pesquisas para a substituição de tal commodity por energias limpas e renováveis ainda há uma necessidade mundial do petróleo na pauta de exportações de vários *players* do setor.

2 A ECONOMIA INTERNACIONAL

Para Almeida (2001), A economia internacional está vinculada a um sistema articulado de economias nacionais consistindo numa série de trocas entre bens, serviços, capitais e tecnologia, em um objeto que dinamiza as assimetrias¹ estruturais entre países.

A economia internacional dispõe-se de mesmos métodos indispensáveis de análise que outras áreas de estudo da economia, pois os motivos e comportamentos dos indivíduos e das empresas no comércio internacional são iguais aos das transações internas de um país (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Quando uma garrafa de vinho espanhol é servida em uma mesa em Londres, a sequência de eventos que a levou até lá não é muito diferente da sequência que leva uma garrafa de vinho produzido na Califórnia a ser servida em uma mesa em Nova York - e a distância percorrida é muito menor! A economia internacional envolve conceitos novos e diferentes, porque o comércio e o investimento internacional ocorrem entre nações diferentes (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p.3).

De acordo com Mesquita (2013), a multinacionalização do comércio, entendida como o estabelecimento de fluxos comerciais entre todas as regiões do mundo, deu início na remontada do século XVI, com as navegações ibéricas.

2.1 ECONOMIA FECHADA

Para entender a importância dos acordos políticos numa economia aberta, e que o comércio exterior também é primordial para sua economia, é preciso uma série de análise. O primeiro mecanismo é analisar, ou seja, fazer uma apresentação de economia fechada, e depois apresentar um padrão de economia aberta como é o caso de Angola e Brasil.

No entanto, diferente da economia aplicada na maioria dos países especificamente no Brasil e Angola, a economia fechada, aquela que não se relaciona com o resto do mundo, para Sandroni (2004, p.191):

Economia típica de uma região isolada. Não há importação nem exportação de produtos. O intercâmbio de mercadorias não se realiza além dos limites territoriais determinados pelos agentes econômicos locais: produtores, intermediários e consumidores. Esse tipo de economia praticamente não existe no mundo atual. Mas é útil como modelo para analisar de que forma o total das despesas de consumo, gastos

¹Segundo Souza, Oliveira e Gonçalves (2010, p. 6), “as assimetrias estruturais entre países – entendidas como aquelas que se originam de diferenças quanto a dimensão econômica, posição geográfica, dotação de fatores, acesso à infraestrutura regional, qualidade institucional e nível de desenvolvimento.”

governamentais, investimentos e tributos interagem para determinar os níveis do emprego e das rendas nacionais. Na classificação de sistemas econômicos de Werner Sombart, é um tipo de economia voltada fundamentalmente para a autossustentabilidade², com o uso de instrumentos e trabalho rudimentares.

Para Blanchard (2011), em uma economia fechada, os indivíduos geralmente se encontram em uma só decisão, poupar ou consumir, ao contrário de numa economia aberta em que as pessoas não decidem apenas entre poupar e consumir (comprar), mais decidem que produto ou bens irão comprar, melhor dizendo, comprar bens domésticos ou estrangeiros.

2.2 ECONOMIA ABERTA

Neste trabalho tem-se como objeto de estudo, apresentar a abertura de mercados de bens, especificamente petrolíferos, como está constituído entre os dois países, Brasil e Angola. Por conseguinte, cada uma das economias do globo terrestre é dependente ou tem relações econômicas com as demais, constata-se no fato de que, uma economia qualquer, parte de sua produção de bens, num determinado tempo, normalmente é com certeza vendida para o resto do mundo, a qual se denomina de exportação. Concomitantemente, admite-se que parte do que foi consumido nesta economia, isto é, no mesmo período tempo pode ter sido produzido fora do país e comprado, ou seja, importado da economia em questão (PAULANI; BRAGA, 2005).

Segundo Paulani e Braga (2005), a comparação entre esses dois tipos de transação que acabaram de ser citados (exportação e importação), constitui um elemento de extrema importância na economia, a qual é denominada de balança comercial.

Balança comercial é a diferença entre exportações e importações: Se as exportações são maiores do que as importações, tem-se um superávit comercial (de forma equivalente, balança comercial positiva). Se as importações são maiores do que as exportações, tem-se um déficit comercial (de forma equivalente, balança comercial negativa) (BLANCHARD, 2011, p. 338).

Para Blanchard (2011), uma economia aberta está constituída por abertura dos mercados de bens, abertura de mercados financeiros e abertura de mercados de fatores. Diferente da economia fechada, em uma economia aberta, as pessoas são livres, autônomas quanto as suas decisões, isto é, comprar bens domésticos ou estrangeiros. Portanto, todos os

² Economia de Subsistência é a produção agrícola de bens de consumo imediato e para o mercado local. Ao contrário do que a designação possa sugerir, ela tem algum caráter mercantil, praticada desde a Antiguidade greco-romana, a economia de subsistência constitui a atividade mais importante da economia medieval (SANDRONI, 2004, p.190).

compradores, como empresas domésticas e estrangeira e os governos estão incluídas nesta tomada de decisão. Em que se os compradores decidem comprar mais bens domésticos, a demanda por bens domésticos aumenta, e do mesmo jeito com o produto doméstico; já se os mesmos decidem comprar mais bens estrangeiros, é o produto estrangeiro que aumenta comparado ao produto doméstico.

Abertura dos mercados de bens - capacidade que consumidores e empresas têm de escolher entre bens domésticos e bens estrangeiros. Em nenhum país essa escolha é totalmente livre de restrições. Mesmo os países mais comprometidos com o livre comércio possuem tarifas - impostos sobre bens importados - e cotas - restrições a quantidade de bens que devem ser importados - para pelo menos alguns bens estrangeiros. Ao mesmo tempo, na maioria dos países as tarifas médias são baixas e continuam a diminuir (BLANCHARD, 2011, p. 337).

Segundo Blanchard (2011), dentro da economia aberta para o mercado de bens encontra-se um dos maiores determinantes que influenciam nas decisões na compra de bens estrangeiros, na qual define como preço dos bens domésticos em relação aos preços dos bens estrangeiros (preço comparado a taxa real de câmbio).

2.3 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

Bem no começo da ciência econômica, o comércio internacional sempre foi tratado como uma parte especialmente vigorosa (sabendo que a maior parte das desavenças internacionais, dá-se origem ao comércio exterior ou a falta do mesmo) e analisado como uma fonte ou saída que leva os países a aproveitarem melhor os seus fatores produtivos (CASSANO, 2002).

Em muitos países, incluindo Brasil e Angola o comércio internacional é, completamente, uma questão primordial, o comércio exterior é irrefutavelmente o instrumento mais poderoso de se adequar entre as possibilidades concretas de produção e a estrutura da demanda vigente (ELLSWORTH, 1980).

A experiência mundial não deixa margem de dúvida quanto ao papel decisivo que o comércio exterior desempenha no desenvolvimento de todas as nações. É instrumento altamente eficaz para abreviar o processo de desenvolvimento econômico e antecipar a formação de uma sociedade industrial. O comércio exterior é indubitavelmente o mecanismo mais poderoso de adequação entre as possibilidades concretas de produção e a estrutura de demanda vigente. Por seu intermédio, a demanda externa se acrescenta a demanda interna, gerando efeitos positivos na atividade produtiva (ELLSWORTH, 1980, p. 737).

Para Krugman e Obstfeld (1997), o estudo da economia internacional tem sido cada vez mais importante no tempo atual do que nos tempos anteriores. Pelo comércio internacional de bens e serviços, os países estão mais inter-relacionados economicamente como jamais estiveram, com barreiras econômicas cada vez mais rompida, da mesma forma, a economia mundial está num só todo mais agitada comparado a décadas passadas.

Segundo Krugman e Obstfeld (1997, p. 1), “acompanhar o movimento do ambiente internacional tornou-se uma atitude central tanto da estratégia econômica como da política econômica nacional. ”

Krugman e Obstfeld (1997), observam que algumas estatísticas básicas do comércio apontam, e nos fazem enxergar a relevância crescente da economia internacional para o país com maior PIB do mundo (EUA). Como parcelas do produto nacional bruto entre 1965 e 1995, os Estados Unidos exportam muito mais do que produzem e importam muito mais do que consomem, com diferença de épocas anteriores, isto é, de 1965 a 1980, as divisões de exportações e importações no PIB mais do que dobraram. Verifica-se que tanto a inclinação de longo prazo do comércio crescente como as flutuações nas exportações dos Estados Unidos, em relação às importações foram avanços fundamentais para a economia norte-americana. Se a economia internacional é crucial para o crescimento econômico dos Estados Unidos, ela se torna indispensável para outros países, especificamente o caso de Angola e Brasil.

Portanto, neste ponto tem como alvo apresentar as principais teorias econômicas que explicam sobre a economia internacional e avaliar as suas principais contribuições.

Segundo Sarquis (2011), com efeito, as teorias do comércio e do crescimento chegam a se confundir com a própria origem do pensamento econômico e das Ciências Econômicas. Adam Smith e David Ricardo, entre outros, ressaltaram a relevância do comércio para a riqueza das nações. Entenderam ser o comércio internacional eficiente e, as vezes, indispensável para a geração de maior riqueza e para o aumento do bem-estar dos países.

Sobre as teorias tradicionais do comércio, geralmente são apontados ou classificados por duas gerações que são: Teorias clássicas e neoclássicas, que estão baseadas nas teorias das vantagens comparativas do comércio na qual tem o objetivo de mostrar a eficiência da mesma na economia, de certo modo, entra em contraste com as novas teorias do comércio. Nas teorias tradicionais do comércio prevalecem os modelos de equilíbrio geral do comércio, que é averiguado pela alocação eficiente da produção, de acordo com os benefícios das trocas e maximizando o bem-estar entre as economias relacionadas ou envolvida (SARQUIS, 2011).

Grosso modo, depreende-se dessas teorias a lição de que o comércio, impulsionado pela abertura comercial, engendra ganhos econômicos estimulados pelo uso eficiente das vantagens comparativas. A liberalização comercial entre duas economias permite, em termos globais, maior eficiência tecnológica e locativa e, assim, maior produção e níveis de bem-estar mais elevados (SARQUIS, 2011, p.31).

A teoria clássica que velavam pelo livre comércio, se solidifica e é difundida nos princípios das vantagens comparativas de David Ricardo discípulo de Adam Smith. Previamente, Smith havia elaborado a teoria das vantagens absolutas, baseada na teoria do valor e produção. Segundo a teoria, os países como Angola e Brasil, neste caso, passam a ter maiores ganhos de renda e de bem-estar, se mantendo em uma situação de livre-comércio entre si, isto é, cada país se especializa, em alguma medida na produção e na exportação dos bens que produz a custos inferior comparados estes em termos absolutos com seus parceiros (SARQUIS, 2011).

Livre comércio é o comércio não embaraçado por tarifas, restrições quantitativas e outros impedimentos que obstruem o movimento de mercadoria entre países. A doutrina do comércio livre, que deriva da teoria clássica do comércio internacional, é que, quanto menores as obstruções ao comércio entre os países, mais plenamente os recursos econômicos do mundo serão usados e mais altos padrões de vida serão atingidos. Essa dedução decorre do fato de o comércio livre tender a extrair a máxima vantagem da especialização internacional, com consequentes ganhos em eficiência e bem-estar econômico mundiais (SELDON; PENNANCE, 1969, p.331).

Para Sarquis (2011, p.31) “as trocas pelo comércio permitem que os países compartilhem as vantagens de menores custos de produção que cada um tem ou desenvolve em um setor ou outro”.

Contudo, Ricardo em bases semelhantes às de Smith, mais fundamentado sobre a personagem ou o papel do trabalho como principal fonte de riqueza, formulou as vantagens comparativas (SARQUIS, 2011).

Com base nesse requisito e na hipótese de equilíbrio das contas comerciais, demonstrou a tese de que um país, mesmo que tenha vantagens absolutas em todos os bens por ele produzidos, poderia ter vantagens comparativas, mas em certos bens do que em outros em condições de livre-comércio. Nessas condições, seu parceiro comercial, conquanto desprovido de vantagens absolutas, poderia ter certas vantagens comparativas (SARQUIS, 2011, p.32).

os benefícios do comércio não estão simplesmente voltados a trocas de bens a menores custos, mais naqueles produtos que são globalmente mais eficientes e pleno das capacidades de produção disponíveis no país. Todos os países tinham que se especializar nos bens em que são mais eficientes na sua produção, em termos relativos, havendo ou não países

mais eficientes nesses mesmos bens. Sintetizando, um país ainda que esteja sem vantagens absolutas, extrai ganhos e proporcionar outros a seus parceiros em situação de livre-comércio, isto é, se o mesmo se especializar de acordo com as vantagens comparativas (RICARDO 1985).

Para Krugman e Obstfeld (2005, p.22), “O modelo Ricardiano do comércio internacional é uma ferramenta extremamente útil para pensar nos motivos pelos quais o comércio pode acontecer e nos efeitos do comércio internacional sobre o bem-estar nacional”.

As teorias neoclássicas do comércio demonstram que o comércio internacional é o resultado de dotações distintas de fatores de produção entre os países. Na qual foram elaborados em artigos pelos suecos Eli Heckscher (1919) e Bertil Ohlin (1924, 1933), e formalizadas definitivamente por Paul Samuelson (1948 e 1949) e Ronald Jones (1956, 1965). Formados para sistemas de economias aberta, dos bens e dos fatores de produção, os modelos Heckscher-Ohlin foram ampliados e generalizados, para múltiplos bens e fatores (SARQUIS, 2011).

Para Rossetti (1980), um dos maiores pensadores da economia John Stuart Mill, faz o contributo central de Heckscher-Ohlin, que está baseado na lógica de ganhos do comércio internacional a partir das diferenças estruturais na disponibilidade de recursos de um país, comparando com outro. Que foram baseados em dois novos princípios, irrevogavelmente bem mais ajustados a realidade econômico, que são: As diferentes dotações concernentes a estrutura de recursos das nações, em termos de trabalho, capital e terra; e a outra que se refere às diferentes intensidades de recursos necessários para a produção de diferentes produtos.

Com base no modelo Heckscher-Ohlin, pode se ter a expectativa que um grande volume de exportações de produtos agrícolas se mova de países ricos em solo em troca de produtos manufaturados, artesanatos e outros bens produzidos em países onde o capital e o trabalho são abundantes (Rossetti, 1980, p.771).

Heckscher e Ohlin procuraram desenvolver uma nova abordagem, não apoiada nos custos resultantes de um único fator e nem vinculada apenas a dois produtos e dois países. O enfoque desses autores procurou não apenas evidenciar a possibilidade de custos comparativos diferentes, mais compreender a razão das diferenças existentes (ROSSETTI, 1980).

2.3.1 Órgãos reguladores e intervenientes do comércio internacional

No presente trabalho abordar-se-á sobre alguns órgãos reguladores e intervenientes do comércio internacional que são autores de extrema importância no cenário mundial

concernente a integração, ou seja, a situação geoeconômica global, ao qual tem como objetivo colocar um ordenamento das relações intranacionais de poder e influência política.

Órgãos reguladores e intervenientes do comércio internacional	
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
FMI	Fundo monetário internacional
BM	Banco Mundial

2.4. BARREIRAS AO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Para Gonçalves et al. (1998), desde a época de Adam Smith, a defesa do livre comércio como um meio gerador de ganhos, bem-estar e riqueza, tem sido uma ideologia aceitável, ou seja, vem recebendo o apoio de muitos economistas. Entretanto, há visão contrária, de que não há evidência que o livre comércio acarrete necessariamente ganhos e bem-estar, vem sendo desde então conservado por um grupo minoritário, porém de influentes economistas, tais como Hamilton, List e Prebisch.

Se por acaso, a ideia dos ganhos do comércio é o conceito teórico mais importante na economia internacional, a batalha aparentemente eterna entre comércio livre e proteção é o seu tema mais importante em relação à política econômica. Desde o surgimento das nações-estados modernas no século XVI, a uma preocupação por parte dos governos em impor limites nas importações pelo ganho dos subsídios que vêm das exportações. A missão que tem se tornado comum na economia internacional é de averiguar os efeitos das chamadas políticas protecionistas, que por muitos economistas é defendido como uma atividade que protege e fortifica a base industrial de um país, pelo fato de que gera incentivo ao consumo dos bens e serviço nacional. Já os defensores do livre mercado, apontam que a atividade protecionista, gera atraso tecnológico e preços elevados, pelo fato de que quando há muita exportação gera escassez de produtos no mercado resultando inflação, e não só, o protecionismo também causa perda de competitividade com os outros países (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

Para Feistel e Hidalgo (2011), nas duas últimas décadas, houve mudanças importantes no sistema de comércio internacional. O processo de liberalização do comércio e a formação de blocos regionais de comércio se aprofundaram. No entanto, eliminar qualquer tipo de barreiras tarifárias trouxe aos países o receio de que a globalização destruísse seus

setores de produção, passando a adotar outras formas de proteção não-tarifárias. Surgia o novo protecionismo, gerando complexidade de negociar. A liberalização do comércio de maneira multilateral, serviu de incentivo para a formação de blocos regionais de comércio entre grupos reduzidos de países. Portanto, barreiras ao comércio internacional na verdade são estratégias que os países protecionistas adaptam para proteger suas indústrias, e bens nacionais. Podem ser encontradas vários tipos de barreiras, que por sua vez, serão citados no presente trabalho, como barreiras técnicas, barreiras sanitárias e barreiras fitossanitárias.

2.4.1 Barreiras técnicas

Com a criação do GATT 1947 e posteriormente a OMC, em 1995, as tarifas e outras restrições quantitativas diminuíram de forma significativa. No entanto, outras formas de protecionismo tornaram-se evidentes, como regulamentações técnicas. Nesse sentido, diversos países têm inúmeros regulamentos tais como, requisitos de qualidade aos produtos, segurança, composição, processo produtivo, embalagem, rotulagem, para os produtos comercializados em seus territórios. Essas regulamentações nacionais consistem, geralmente no que se chama de , barreiras técnicas ao comércio. Quando se adota essa medidas governamentais, geralmente se vela pela proteção de objetivos legítimos, como saúde, segurança e meio ambiente. Que na maioria das vezes serve como justificativas legítimas para explicar a imposição de exigências técnicas de políticas protecionistas (MDIC, 2018).

Barreiras técnicas ao comércio, emitido pela OMC, são barreiras que provem da operação de regulamento regulamentos técnicos não-transparentes ou aquelas que quase não tem embasamento em normas que internacionalmente são aceitas, e decorrentes da adoção gerada pela avaliação da conformidade não-transparentes ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas (INMETRO, 2018).

2.4.2 Barreiras sanitárias e fitossanitárias

Medidas sanitárias e fitossanitárias, tem como objetivo proteger a saúde humana, animal e sanidade vegetal por meio de regulamentos, procedimento de forma a controlar o comércio internacional principalmente no quesito a produtos agrícolas de forma a assegurar inofensivamente a qualidade dos alimentos consumidos internamente e exportados, bem como a proteção do território nacional contra pragas e doenças (BRASIL, 2018).

Para Brasil (2018), as medidas SPS geralmente impõem condições e critérios ao fluxo internacional de produtos agrícolas que podem vir a restringir o comércio entre países. Deste modo, medidas como essas podem ser classificado como barreiras não tarifárias à luz do sistema multilateral de comércio. Para que os objetivos legítimos de salvaguardar a saúde humana, animal e a sanidade vegetal resultassem em obstáculos indevidos ao comércio internacional fossem evitado, negociou-se, no âmbito da OMC, o acordo relacionado a Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (1994).

2.5 ACORDOS INTERNACIONAIS

Os acordos internacionais ou contrato internacional assim denominado por muitos é um ponto de extrema importância para que haja barreira, assim como expansão do comércio entre países. Nesse trabalho especificamente no ponto 3.2 se abordará sobre os acordos comerciais entre Angola e Brasil, descreve os acordos no setor petrolífero, se ao longo do tempo esses contratos favorecem ou prejudicam as trocas comerciais entre os dois países.

Strenger (2003), defini o contrato ou acordo internacional como fruto, ou seja, a consequência do intercâmbio entre países e indivíduos, no sentido aberto, que deste modo, os mecanismos conhecidos são de características diversificadas e, geralmente são utilizados pelos comerciantes circunscritos a um único território e pelos trans-territoriais.

Para Falcon (2005), o primeiro acordo de grande importância no comércio exterior, entre Estado é o tratado de Methuen³*, em 1703, memorado assim por Adam Smith, como por David Ricardo. Por causa do mesmo tratado a Inglaterra compromete-se em dar favoritismo de um terço nas tarifas que eram aplicados aos vinhos portugueses comparados aos vinhos franceses, em troca da eliminação da proibição à importação de manufaturas de lã inglesa por Portugal. A Inglaterra deixou de consumir o mercado Frances e dispôs-se a pagar mais pelos vinhos portugueses, para melhorar sua balança comercial com Portugal e assim conseguir acesso ao ouro proveniente do Brasil. É um tratado de extrema inspiração mercantilista, caracterizado na confusão, apontada por Adam Smith, entre numerário e riqueza.

³ O Tratado de Methuen, ou, melhor dizendo, os tratados firmados em 1703 entre Portugal e Inglaterra (além da Holanda, no caso do primeiro tratado) resultaram dos problemas trazidos para a política externa portuguesa pela questão da sucessão da coroa espanhola, após a morte de Carlos II (FALCON, 2005, p.12).

O comércio internacional, corretamente por compor-se de especializações e subespecializações, usualmente é submetido a numerosas exigências instrumentais que evoluem ao sabor dos pactos e convenções se baseiam em necessidades corretas, nascida de uma capacidade impositiva. geralmente os contratos internacionais são o motor, do comércio internacional, e no sentido amplo, das relações internacionais, em todos as suas matrizes (STRENGER, 2003).

2.5.1 Acordos regionais

Segundo Gomes (2001), com a formação dos Estados contemporâneos, ultrapassando o período pós-guerra da segunda metade do século XX, as nações tendem buscar a intensificação e prática de políticas integracionistas. Existem variadas causas para que a nações demandem acordos regionais, causa essas que são: Econômicas, pacifistas, sociais e até culturais. Geralmente os países interagem devido a causa ou fatores econômicos, pois lhes possibilita a portar melhor inserção no mercado mundial, para ter maior nível de competitividade com os demais países ou blocos econômicos. Que por sua vez, é uma das principais razões para a fundação do Mercosul ao qual Brasil faz parte.

Uma determinada região tem enorme importância nos procedimentos de integração econômica e política. Se a geografia e a história entre nações for próxima uma da outra, maior é a contribuição significativa para promover a cooperação e a inserção ou também algumas vezes criar resistências a elas. Deste modo, concernente aos BRICS, cada país individualmente aparece ao mundo como polo regional relevante, isto é, na economia, como na política. São aqueles países que são conhecidos como projetar seus interesses e exercem suas lideranças no seu entorno estratégico, tendo o Brasil, na UNASUL, como um importante espaço de atuação externa (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2014).

De acordo com Mariano, Júnior e Almeida (2014), a UNASUL (União das Nações Sul Americanas) se caracteriza de um modo singular, ao recomendar integrações que contemplem a preservação relacionado a autonomia dos estados, em promover o desenvolvimento socioeconômico e construir numa identidade regional. Segundo os termos de seu Tratado Constitutivo, com tudo, a UNASUL tem como iniciativa de integração regional que associa os países sul-americanos a partir do fortalecimento da soberania e da autonomia nacional dos países membros.

Diferente do Mercosul que tem por objetivo principal acordar integração econômica, a UNASUL tem como seus objetivos e acordos regionais o fortalecimento de

mecanismos de cooperação com os países da região da América do Sul, países esses que são: Argentina, Brasil, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. Buscando articular um espaço econômico e político sul-americano, preservando assim, os espaços nacionais de formulação de política. No entanto, o Brasil teve uma grande proeminência para a formação deste bloco. (MARIANO, JÚNIOR E ALMEIDA, 2014).

Assim como Brasil que pertence a bloco regional como UNASUL e bloco comercial como o Mercosul, Angola também pertence à um bloco econômico, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), deste modo, tem os seus acordos regionais. A classificação tarifária de Angola é baseada no Sistema Harmonizado (SH). As alíquotas de importação são impostas à base CIF dos bens (valores aduaneiros), como regra, a maioria dos produtos importados (ANGOLA, 2015).

De acordo com a Southern Africa Development Community – SADC (2012), o comércio sempre foi uma atividade de extrema importância para o desenvolvimento econômico de uma região. No entanto, também tem benefícios mais amplos que apoiam o processo de integração regional. As nações que expandem o comércio com outros devido a liberalização das políticas comerciais, aumentam o crescimento econômico e melhoram a qualidade de vida de seus povos.

O Protocolo sobre Comércio da SADC de 1996, conforme emendado em 2010, é um dos mais importantes instrumentos legais que orientam o trabalho deste bloco econômico, concernente ao comércio. É um acordo entre os Estados Membros da SADC para redução dos direitos aduaneiros e outras barreiras comerciais de produtos importados entre os Estados Membros da SADC. O Protocolo previa o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio na região. O Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional visou a realização da Área de Comércio Livre da SADC até 2008 e uma União Aduaneira até 2010. Uma Zona de Comércio Livre, na qual os Estados Membros concordam em remover as tarifas uns contra os outros, que por sua vez, são livres de cobrar tarifas externas sobre nações não-membros, fomentando a cooperação econômica entre os Estados Membros. Uma União Aduaneira adiciona uma tarifa externa comum contra países não-SADC, com todos os membros do sindicato recebendo ações dessa tarifa (SOUTHERN AFRICA DEVELOPMENT COMMUNITY - SADC, 2012).

A atual tendência na sociedade internacional é de que os países busquem a formação de blocos e acordos regionais, principalmente de caráter político ou econômico, visando à intensificar o comércio entre seus mercados, para obter maior fortalecimento econômico e

enfrentar a concorrência internacional. No entanto, o aspecto político é o elemento de extrema importância em um processo integracionista, pois sempre antecede a um ideal, buscando os Estados, políticas em conjunto com a finalidade de obter maior desenvolvimento, isto é, sob o aspecto econômico, social e cultural. Geralmente quanto maior o ideal político impregnado em seu caráter volitivo em um processo integracionista, maior será o grau de desenvolvimento que se poderá alcançar (GOMES, 2001).

Para Gomes (2011), o que geralmente motiva a formação dos blocos econômicos é a exceção à aplicação do princípio da cláusula da nação mais favorecida, segundo a qual as concessões e benefícios que vigoram no espaço econômico integrado não precisam ser concedidos aos Estados que não compõem o bloco: esta exceção constitui uma forma de protecionismo regional, em detrimento da competitividade mundial. Concernente a cláusula da nação mais favorecida, constituída como uma das principais regras da OMC, aponta que toda e qualquer vantagem comercial concedida por um país a outro deverá automaticamente ser estendida aos demais Estados que interagem no bloco.

2.5.2 Acordos gerais de preferência – sgp

Segundo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço - MDIC (2018), o funcionamento do Sistema Geral de Preferências (SGP) foi idealizado no âmbito da UNCTAD, tendo como base a lógica cepalina, preconizada pelo economista argentino Raul Prebisch. O SGP foi idealizado com intuito de mercadorias de países em desenvolvimento puderem ter um acesso privilegiado aos mercados dos países desenvolvidos, em bases sem reciprocidade, superando, dessa forma, o problema da deterioração dos termos de troca e facilitando o avanço dos países beneficiados nas etapas no processo de desenvolvimento.

De acordo com o MDIC (2018), por meio do SGP, alguns produtos, originários e procedentes de países beneficiários em desenvolvimento (PD) e de menor desenvolvimento (PMD), recebem tratamento tarifário preferencial (redução da tarifa alfandegária) nos mercados dos países outorgantes deste programa: União Europeia (27 Estados Membros), Estados Unidos (inclusive Porto Rico), União Aduaneira da Eurásia (Cazaquistão, Rússia e Belarus), Suíça, Japão, Turquia, Canadá, Noruega, Nova Zelândia, e Austrália.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

No presente capítulo, se abordará sobre os resultados encontrados na pesquisa trazendo consigo as decorrências dos objetivos específicos do trabalho que são: Levantar dados sobre acordos bilaterais feito pelos dois países voltados ao setor petrolífero; apresentar graficamente a evolução do comércio exterior entre Brasil e Angola, no período de 2006-2017, no setor do petróleo; Classificar os produtos da pauta comercial do setor petrolífero. Com isso responder a seguinte problemática, como está apresentado a pauta de importação e exportação, e qual o desempenho do intercâmbio comercial entre Angola e Brasil no setor petrolífero concernente ao período de 2006 - 2017?

3.1 O SETOR PETROLÍFERO MUNDIAL

No objetivo geral do presente trabalho, quanto aos resultados da pesquisa, encontrou-se a necessidade de apresentar dados relacionados ao setor petrolífero a nível mundial, para melhor compreensão do leitor concernente o setor estudado (petróleo), e o comércio feito pelos dois países no caso Angola e Brasil. “A palavra petróleo vem do latim – Petra (pedra) e Oleum (óleo). O petróleo é um composto de hidrocarbonetos em seus três estados. Contém também pequenas quantidades de compostos de enxofre, oxigênio e nitrogênio” (THOMAS, 2001 apud SCHIAVI e HOFFMANN et al., 2015, p. 261).

Para Schiavi e Hoffmann (2015), quando se fala do setor petrolífero refere-se a um dos maiores e mais amplos mercados do mundo. Com tendências de crescimento a cada ano, novas tecnologia e boas perspectiva de inovação. Com tudo, dentre variedades de estudos abrangentes, de avaliar o processo de mudança e avanço tecnológico, se encontra o petróleo. Que por sua vez, é um dos combustíveis fosses não renováveis mais utilizado para produzir energia, levando assim o funcionamento de máquinas, indústria e veículos para locomoção.

Deste modo, o petróleo sempre foi crucial no desempenho geral da economia mundial, pois a maioria dos setores produtivos dependem desse recurso para uma produção eficiente e eficaz por meio da sua utilidade energética. Nesta vertente, cabe-se frisar que o valor econômico no setor petrolífero, na maioria das vezes não depende fortemente de volume de reservas, produção e descobertas, mais do preço do óleo no mercado internacional. (MACHADO, FAMÁ, GODOY, 2012). Historicamente, desde a sua descoberta, com o passar do tempo no mercado, o petróleo teve um avanço intacto, trazendo consigo crescimento e ao

mesmo tempo crises, por causa das suas tendências de alta nos preços. Desde a sua descoberta, o petróleo se tornou um setor muito importante para o crescimento da economia mundial, tornando-se cada vez mais importante com o passar dos anos, com esse crescimento se gerou novas tecnologias no que se refere a extração, o processo de produção, e desenvolvimento, gerando assim, novos locais de descobertas e novas etapas (SCHIAVI e HOFFMANN, 2015).

De acordo com Schiavi e Hoffmann (2015), com aumento e avanço de novas tecnologias, pode se identificar os países que mais produzem petróleo a nível mundial, e distinguir um conjunto de produtos e máquinas que geram facilidade na produção e desempenho das empresas do mercado estudado. Uma pesquisa feita pela revista *Ford* acompanhado com *Wood Mackenzie* em 2013 descreveu que a média do volume do petróleo e gás natural produzido nas empresas petrolíferas no ano de 2003, era de 3,4 milhões de barris por dia, depois de dez anos, isto é, em 2013 a produção de barris aumentou a 4 milhões diariamente (BEZERRA, 2013 apud SCHIAVI e HOFFMANN et al., 2015).

No gráfico abaixo encontra-se dados relacionados a produção mundial de petróleo bruto, em milhões de barris por dia no período de 2007 a 2016, nota-se que durante esse período a região que teve maior produção de barris de petróleo por dia, é o Oriente Médio, que em média produzia 23 milhões de barris de petróleo por dia, e também pode se observar que nos últimos anos depois da queda da produção do petróleo entre os meados de 2009 a 2011, a produção do petróleo tem crescido significativamente (OPEP, 2017).

Tabela 1 Produção mundial em milhões de barris de Petróleo por dia (2007-2016)

Mundo/Data	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
América do Norte	6,452	6,299	6,577	6,708	6,917	7,795	8,849	10,163	10,678	10,060
América Latina	9,836	9,635	9,507	9,664	9,823	9,701	9,698	9,740	9,714	9,222
Europa Oriental e Eurásia	12,005	12,045	12,396	12,66	12,653	12,507	12,659	12,650	12,654	12,765
Europa Ocidental	4,320	4,046	3,828	3,527	3,195	2,888	2,724	2,750	2,893	2,920
Médio Oriente	22,361	23,141	20,868	21,030	23,006	24,106	23,845	23,511	24,494	26,608
África	8,997	9,191	8,461	8,655	7,419	8,216	7,639	7,159	7,095	6,660
Ásia e Pacífico	7,314	7,414	7,345	7,597	7,424	7,484	7,446	7,461	7,593	7,240
Total Mundo	71,287	71,773	68,984	69,840	70,436	72,699	72,862	73,435	75,123	75,476

Fonte: OPEP (2017). Elaborado pelo autor

Segundo a OPEP (2017), Nos últimos anos, a tendência para o aumento dos níveis de produção de petróleo nos países exportadores, juntamente demanda e capacidade de refino nos países importadores de petróleo, resultou em um aumento global de transporte para atender à demanda crescente. Do ponto de vista puramente econômico, a demanda por petroleiros é principalmente determinada pela dinâmica dos fundamentos de oferta e demanda em várias regiões geográficas. Desde 2008, o número de todos os petroleiros combinados tem aumentado continuamente. Em 2016 o número total de navios ascendeu a 5.607 comparado com 5.359 navios em 2015. No período de 2008 para 2016, o número total de petroleiros aumentou em 71%. Em termos de tonelagem de porte bruto (tpb), em 2016 As embarcações combinadas globais poderiam, teoricamente e com segurança, transportar cerca de 528 milhões de toneladas para 500 milhões em 2015.

Com tudo, se descreve sobre as exportações mundiais de petroleo bruto e produtos petroliferos por região, conforme nos apresenta a tabela abaixo, de acordo com a OPEP (2017), de 2007 a 2016, constituído por países como: Bahraim, Irã, Iraque, Kwait, Omã, Catar, Arábia Saudita, Emirados Arabes Unidos, como esperado, o Médio Oriente sempre se destacou quanto as exportações em milhões de barris de petroleo por dia.

É notório também no gráfico, que os anos de 2008 a 2011, foram os anos marcados por baixo indice de exportação a ivel mundial, ja nos anos de 2012 em diante o crescimento das exportações de barris de petroleo bruto foram bem significativo (OPEP, 2017).

Tabela 2 Exportações mundiais de milhões de barris de petróleo bruto por dia (2007-2016)

Mundo/Data	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
América do Norte	1,422	1,564	1,535	1,431	1,735	5,430	6,185	6,915	7,523	8,365
América Latina	4,727	4,479	4,271	4,203	4,566	6,205	6,056	6,147	6,411	6,362
Europa Oriental e Eurásia	5,279	5,058	5,630	5,632	5,809	10,162	10,170	10,130	10,73	10,650
Europa Ocidental	3,222	2,786	2,775	2,451	2,248	8,396	8,324	8,250	8,885	9,155
Médio Oriente	16,948	17,575	15,498	16,322	17,740	21,347	20,660	20,160	20,750	23,920
África	6,883	6,397	6,771	6,613	5,355	7,768	7,363	6,984	7,106	6,589
Ásia e Pacífico	1,791	1,743	1,613	1,506	1,399	7,619	7,972	8,01	8,392	9,030
Total Mundo	40,272	39,602	38,093	38,158	38,85	66,927	66,723	66,594	69,793	74,068

Fonte: OPEP (2017). Elaborado pelo autor

Gráfico 1 - Exportações mundiais de milhões de barris de petróleo bruto por dia (2012-2016)



Fonte: OPEP (2017). Elaborado pelo autor

Para a OPEP (2017), quanto as importações de petróleo bruto se observa que a região que mais importou petróleo bruto neste período (2006-2017), foi a Ásia e o Pacífico, região constituída por países como Austrália, Brunei, China, Índia, Indonésia, Malásia, Vietnam e outros países não identificados por terem uma parcela muito insignificante nas importações de petróleo. O crescimento da importação destes países foi gradativamente de ano em ano.

Tabela 3 Importações mundiais de milhões de barris de petróleo bruto por dia (2007-2016)

Mundo/Data	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
América do Norte	11,620	11,360	10,429	10,5	9,595	9,241	8,381	7,907	7,928	8,768
América Latina	2,055	2,044	2,362	2,281	2,510	998	1,070	1,028	934	837
Europa Oriental e Eurásia	2,031	2,011	1,938	1,900	1,853	1,839	1,791	1,812	1,940	1,771
Europa Ocidental	11,650	11,619	10,585	10,610	10,535	10,417	9,909	9,749	10,432	10,303
Médio Oriente	514	647	498	550	465	516	504	499	536	501
África	914	948	882	922	906	783	677	757	702	653
Ásia e Pacífico	17,680	17,924	18,079	18,820	18,831	19,249	19,303	19,680	20,571	22,074
Total Mundo	46,480	46,554	44,774	45,59	44,695	43,045	41,636	41,434	43,045	44,908

Fonte: OPEP (2017). Elaborado pelo autor

3.1.1 Membros da Opep

Segundo a OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2017), a demanda por petróleo nos membros da OPEP é determinada em grande parte pelos setores de transporte e industrial, particularmente as categorias de produtos petrolíferos gasolina e destilados, bem como querosenes.

Segundo Henriques e Leandro (2012, p.80), a OPEP refere-se a países em que a indústria petrolífera se sobrepõe a todas as outras estruturas de produção. O crescimento elevado da formação bruta de capital fixo permitiu-lhes investimentos em grandes projetos de infraestruturas.

A demanda de petróleo per capita nos membros da OPEP aumentou acentuadamente no início dos anos 80, assim como 2013. Permaneceu relativamente estagnada entre meados da década de 80 e 2003 e diminuiu ainda mais a partir de 2014. Os principais fatores por trás da queda na demanda de petróleo per capita a partir de 2014, foram eficiências no setor de transporte, aumentando os preços de varejo de produtos de petróleo em alguns Países e substituição de combustíveis por outras commodities primárias, notadamente gás natural no setor industrial. Portanto, quanto a produção de petróleo o quadro abaixo nos mostra que a OPEP teve sempre uma produção significativa no mundo quanto ao petróleo, nota-se que durante o período estudado, em média 43% da produção de petróleo no mundo vem dos países pertencentes a OPEP⁴.

Tabela 4 Produção de petróleo da OPEP em milhões de barris por dia (2007-2016)⁵

Data	Total Mundo	OPEP	OPEP (%) no mundo
2007	71,287	31,123	44,7%
2008	71,773	32,075	44,7%
2009	68,984	28,927	41,9%
2010	69,840	29,249	41,9%
2011	70,436	30,121	42,8%
2012	72,699	32,666	44,9%
2013	72,862	31,83	43,7%
2014	73,435	30,908	42,1%
2015	75,123	31,850	42,4%
2016	75,476	33,280	44,1%

Fonte: OPEP (2017). Elaborado pelo autor

⁴ Países da OPEP: Angola, Argélia, Emiratos Árabes Unidos, Equador, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar, Arábia Saudita e Venezuela (OPEP, 2017).

⁵ Falta de dados do ano de 2006 e 2017

No quadro abaixo pode se perceber que os anos que a OPEP teve maiores índices, ou porcentagem nas exportações do petróleo a nível mundial, foi nos anos de 2007 a 2011, que em média chegavam a 60% das exportações mundiais. Já apartir do ano de 2012 as exportações da OPEP aumentaram, mais a sua porcentagem a nível de exportações mundiais descaíram (OPEP, 2017).

No entanto, como foi o caso dos anos anteriores, a maior parte do petróleo bruto da OPEP foi exportada para a região da Ásia e Pacífico, a região sempre representou quase 63 % do total dos volumes de exportação da OPEP. Aliás, as exportações totais para a Ásia ao longo dos anos tem aumentado constantemente, por parte da OPEP (OPEP,2017).

Tabela 5 - Exportação em milhões de barris de petróleo diariamente (2007-2016)⁶

Data	Mundo	OPEP	OPEP (%)
2007	40,272	24,205	60,1%
2008	39,602	24,032	60,7%
2009	38,093	22,313	58,6%
2010	38,158	23,112	60,6%
2011	38,854	23,457	60,4%
2012	66,997	29,420	44,0%
2013	66,723	27,981	41,9%
2014	66,594	27,152	40,8%
2015	69,793	27,877	39,9%
2016	74,068	30,304	40,9%

Fonte: OPEP (2017). Elaborado pelo autor

3.1.2 Petróleo em Angola

As pesquisas de hidrocarboneto em Angola, deram inicio no ano de 1910, no mesmo ano, teve a apresentação da companhia Canha e Formigal, uma área de 114.000 km² na bacia do Congo e na bacia do kwanza, sendo o primeiro posso perfurado em 1915. Com a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA), e a Sinclair (EUA) começaram-se as pesquisas. Já em 1955 a primeira descoberta comercial do petroleo estava sendo feita, pela empresa Petrofina no vale do kwanza, que por sua vez, em parceria com o governo colonial se cria a refinaria de Luanda para o processamento do crude, a Fina Petroleo de Angola-Petrangol (SONANGOL, 2018).

⁶ Falta de dados referentes ao ano de 2006 e 2017.

De acordo com o portal da Sonangol (2018), já em 1962, foi efetuado o primeiro levantamento sísmico do mar de Cabinda; em 1973 o petróleo tirava o lugar do café se tornando o principal material de exportação, em 1974 a produção chegou a 172.000 barris de petróleo/dia, porém em 1990, foram perfuradas mais de 200 poços exploratórios em pesquisa que deu início em 1991 a exploração de petróleo em águas profundas. No início de 2000, havia um total de 29 blocos sob licença em terra e na faixa Atlântica. Estimava-se que em 2015 se construiria uma nova refinaria em Benguela a qual se produziria petroquímicos e condeção de gás natural e gás de petróleo liquefeito.

Com várias descobertas na faixa Atlântica nacional, Angola se torna atualmente um dos principais produtores de petróleo em África estando atrás apenas da Nigéria. E aposta em novas tecnologias para exploração em águas profundas e ultraprofundas.

A Sonangol é a principal empresa petrolífera de Angola, porém se encontram outras empresas que também atuam neste ramo e na sua maioria empresas estrangeiras oriundas da Europa e América. As principais empresas petrolíferas que atuam em Angola são: Somoil – Sociedade Petrolífera de Angola, empresa nacional; Total, empresa oriunda da França; BP – British Petroleum, empresa multinacional do Reino Unido; Exxon Mobil empresa de petróleo e gás dos Estados Unidos; Chevron pertencente aos Estados Unidos; empresa petrolífera da Espanha Pepsol; Vaalco Energy também dos Estados Unidos; empresa argentina Pluspetrol; e a multinacional Italiana Eni Group.

3.2 ACORDOS COMERCIAIS ENTRE ANGOLA E BRASIL

O primeiro objetivo específico do presente trabalho é de averiguar, ou seja, levantar dados sobre acordos bilaterais feitos pelos dois países voltados ao setor petrolífero.

Devido à crise econômica de ambos os países e à política em Angola, o Ajuste Complementar de 1983 estabeleceu relações estreitas entre os dois países criando alternativas econômicas para viabilizar o financiamento das relações comerciais e de investimento entre Angola e Brasil, que velava pelo comércio, garantir o fornecimento de alimentos e outros bens em Angola; comércio de serviços e investimentos, ao qual se construiu o Complexo Hidrelétrico de Capanda, que tinha como um dos seus operadores Odebrecht. Todas as operações, de acordo com o Ajuste Complementar, foram financiadas pelo Banco de Brasil SA, mediante a Câmara de Comércio Exterior (CACEX), criada na década de 1950, com intuito de financiar as exportações brasileiras. No acordo, o Brasil comprometeu-se a conceder um milhão de dólares

como crédito para operações comerciais e de investimento com Angola. Que consequentemente Angola e Brasil, determinaram que o petróleo angolano era uma garantia para a operação de crédito do Brasil em Angola. O governo de Angola comprometeu, então, a fornecer 20 mil barris de petróleo por dia, para garantir o empréstimo (BADIN, MOROSINI, 2017)

De acordo com Badin e Morosini (2017), verifica-se que de acordo com o Ajuste Suplementar de 1983, as relações comerciais de investimento e financiamento foram predefinidas e condicionadas pelo fornecimento de petróleo angolano, que, ao longo do tempo, foi chamado de "modelo angolano", para financiar relações comerciais e investimento nisto, o país A oferece recursos naturais em troca de infraestrutura fornecida pelo país B, de acordo com o princípio da troca (sistema de troca).

Segundo o Ministério das Relações Exterior do Brasil (2018), Angola se torna um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África. Entre 2002 e 2008, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de vinte vezes, chegando a US\$ 4,21 bilhões. O Brasil é um dos principais parceiros comerciais de Angola e muitas empresas brasileiras de construção civil têm escritório em Luanda. A linha de crédito concedida pelo BNDES a Angola nos últimos anos constitui eficiente mecanismo de apoio à consolidação da presença do Brasil naquele mercado.

3.2.1 Dados sobre acordo bilateral feito pelos dois países voltados ao setor petrolífero.

Nesta seção abordar-se-á sobre o protocolo de cooperação técnica entre o governo da república federativa do Brasil e o governo da república de Angola no domínio do petróleo. Protocolo esse, que considerava a vontade dos chefes de Estado da República Federativa do Brasil e da República de Angola, Ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ex presidente José Eduardo dos Santos. Com objetivo de intensificar os laços e cooperação existente entre dois países e povos que falam a mesma língua e com uma cultura muito parecida.

Segundo o Protocolo de Cooperação (2003, p.1), “As Partes, numa base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de interesses. ”

O **artigo 1** do protocolo frisa em apresentar o objetivo principal do acordo. Deste modo, o corrente Protocolo tem como objetivo gerar maior promoção relacionada ao programa de cooperação técnica entre os dois governos referente ao petróleo.

O **artigo 2** do protocolo apresenta como as partes promoverão a cooperação. Portanto, para o Protocolo de Cooperação (2003), se promoveu a cooperação nas seguintes

áreas: estar sempre juntos ao formular políticas, leis e regulamentos para a indústria petrolífera, quanto a fiscalização do seu cumprimento, e a troca de experiência no que concerne a organização e gestão da empresa; os dois países devem trocar informações, acordos institucionais, transferir tecnologia um do outro, do mesmo jeito estabelecimento de base de dados, tudo isso, voltado ao setor petrolífero; trocar sempre informação quando um dos governos quiser lançar um programa voltado a área do comércio, isto é, na distribuição de derivados de petróleo e mercados potenciais; promover a colaboração entre as companhias nacionais e apoiar a estadia de parcerias após identificação nos diversos domínios do setor petrolífero entre a empresa dos dois países, permitindo harmonia na alienação de Know-How.

O **artigo 3**, se resume a implementação do mesmo protocolo, que por sua vez, é implementado no ano de 2003, com perspectiva para uma reavaliação do setor petrolífero, da parte emersa das bacias do Kwanza, e do baixo Congo em Angola, incluindo a formação técnico-científica pensado na gestão de negócios, exploração e produção em bacias terrestres maduras; a execução dessas ações está baseado no acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, assinado pelos dois países em 11 de Junho de 1980. Para a implementação desses programas de cooperação citados nos artigos anteriores, as partes poderão estabelecer parcerias quer por instituições do setor público como privado, órgãos e entidades internacionais, e também pode ser com organizações não governamentais.

O **artigo 4**, toda via empenha-se em apresentar as autoridades competentes deste acordo, no que lhe concerne o Governo da Republica de Angola, designa o Ministério das Relações Exterior (MIREX), como o órgão máximo, ou seja o órgão coordenador das ações que decorrem no presente Protocolo de Cooperação; já o Ministério do Petróleos (MIMPET), e a Sonangol – EP, como as instituições que se competem para implementar as ações decorrentes do presente Protocolo. Concernente o Governo da República Federativa do Brasil, foi indicado instituições como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores como o órgão que coordena as ações vigentes no Protocolo de cooperação; e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), para programar e indicar instituições competentes das ações decorrente do Protocolo.

O **artigo 5**, por sua vez, vela pela resolução das controvérsias, apontando que qualquer controvérsia encontrada no Protocolo deve ser resolvida de forma amigável por meio de consulta e negociação de ambas as partes por via diplomática.

O último artigo, isto é, o **artigo 6**, apresenta disposições finais ditando que o presente Protocolo, poderá ser emendado ou revisto por consentimento mútuo por ambas as

partes; descreve que o Protocolo foi escrito em Luanda, aos 4 de novembro de 2003, em dois exemplares escritos em língua portuguesa.

Depois de apresentado o protocolo conclui-se, por meio do gráfico número 16, gráfico este que representa a balança comercial entre Angola e Brasil, ao qual a maioria dos anos Brasil se encontra com superávits comparado com Angola. Nota-se que o acordo bilateral feito pelos dois países voltados ao setor petrolífero, gerou maior cooperação, sustentabilidade e crescimento no comércio entre os dois países especificamente a partir do ano 2005. Uma vez que Angola é um país com a sua maioria das exportações voltados ao petróleo, uma cooperação voltado a este setor geraria com certeza maiores transações comerciais.

3.3 ANGOLA E O COMÉRCIO EXTERIOR

Relacionado ao o comércio exterior, Angola é visto como um país que sempre obtém grandes superávits que decorrem da exportação de petróleo bruto e aquisição de itens manufaturados, e de consumo. Entre 2007 e 2011, a transição comercial, estimada pela recuperação nos preços internacionais do petróleo, registrou expansão de 41%, de 63,4 bilhões de US\$ para 89,1 bilhões de US\$ (ANGOLA, 2015).

Segundo o Observatório do Complexo Econômico (OEC), Angola se encontra na posição 65º no quesito a maior economia de exportação no mundo e o Brasil está na posição de número a 24. Para a OEC, de 2011 a 2016, as exportações de Angola têm tido crescimento decrescivo a uma taxa anualizada de -13,7%, mostrando uma expectativa para a diversificação da economia.

De acordo com a OEC os principais produtos exportados de Angola em 2016, são: O Crude Petroleum, a seguir o diamante, petrolíferos refinados, Petróleo, Outras Máquinas e equipamento. Contudo as exportações dão entorno de 25,4 Bilhões de US\$, efetuando uma balança comercial superavitária. E os principais produtos importados em Angola no ano de 2016, são: Petrolíferos refinados, Válvulas, Máquinas de terraplanagem, Carne de aves e Estruturas de ferro.

“O desempenho das exportações angolanas é determinado pelos níveis das cotações internacionais de petróleo” (ANGOLA, 2015).

3.3.1 Os principais destinos do petróleo bruto de Angola no período de 2006 a 2017

Nesta seção se abordará sobre os destinos das exportações de Angola para outros países, identificar pelo menos cinco principais países ao qual são destinados o produto que Angola mais exporta, ou seja, os países ao qual se mais destacam no comércio exterior com esse país Africano no período de 2006 a 2017. No entanto, se elaborou uma base de dados extraído do Banco Nacional de Angola. Para Sadroni (2004, p.230):

Exportação são vendas no exterior, de bens e serviços de um país. Resulta, como a importação, da divisão internacional do trabalho, pela qual os países tendem a especializar-se na produção dos bens para os quais tem maior disponibilidade de fatores produtivos, garantindo um excedente exportável. Exportar mais do que importar era o mecanismo preconizado pelos mercantilistas, no século XVII, como a única maneira de atrair metais preciosos para um país e torna-lo rico e poderoso. Atualmente considera-se ainda a exportação um dos principais instrumentos de uma política de pleno emprego.

Até o momento, quando se reflete sobre as decisões dos consumidores no mercado de bens, enfocamos sua decisão de poupar ou consumir. Quando os mercados de bens são abertos, os consumidores domésticos se deparam com uma segunda decisão: se compram bens domésticos ou bens estrangeiros. Deste modo, se os compradores (governos, empresas estrangeiras e domesticas), decidem comprar mais bens domésticos, a demanda por bens domésticos aumenta, e o mesmo acontece com o produto doméstico. Por tanto, se decidem comprar mais bens estrangeiros, é o produto estrangeiro que aumenta em vez do produto doméstico (BLANCHARD, 2011).

Com tudo, segundo o Baco Nacional de Angola (2018), desde o ano de 2006 a 2017, os países que mais se destacaram em importar os produtos de Angola, conforme nos mostra a tabela desta seção, são: a China, os Estados Unidos, Índia, Canadá e Taiwan.

De acordo com a apresentação dos dados, a partir de 2007 a China é o país que mais importa produtos de Angola em valores monetários, em 2006 o maior parceiro era o Estados Unidos; em segundo colocado como o país que mais importa petróleo de Angola em valores monetários é os Estados Unidos, e o país com menos transição comercial ou que menos importa produtos de Angola é a Tailândia, isto é, até o período de 2010.

Já no ano de 2011 até 2017, nota-se que a Índia toma o lugar dos Estados Unidos, se tornando assim, o segundo país com maiores transações de importação com Angola. Em 2011 e 2014 foram os anos que os Estados Unidos teve a menor representatividade, no que concerne a transações de importação com Angola. O gráfico também nos mostra que de 2007

a 2017, a China se sagra como o país que mais importa petróleo bruto de Angola, tendo a sua maior representatividade no ano de 2012.

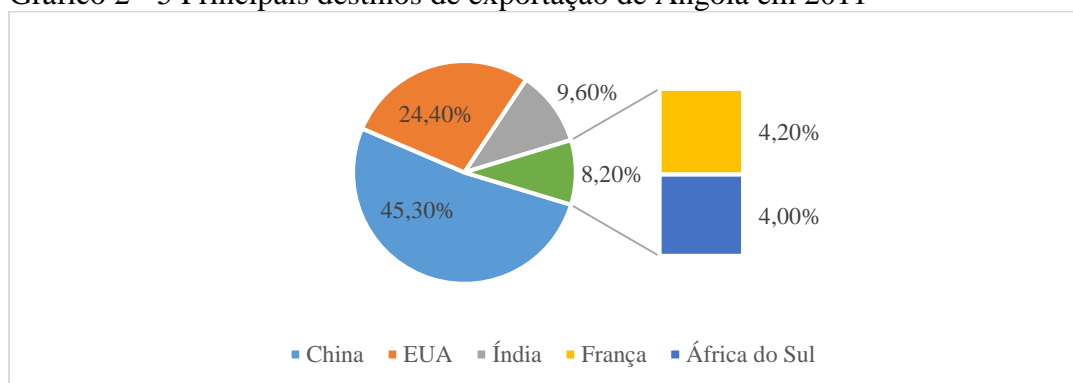
Tabela 6 - Destino das exportações de petróleo bruto em bilhões de dólar de 2006 a 2017.

Destinos	China	EUA	Índia	Canadá	Taiwan
2006	8,997	9,403	0,603	1,645	1,558
2007	11,166	10,164	2,341	2,480	1,761
2008	18,337	14,382	2,660	3,181	1,558
2009	15,110	7,471	3,680	2,129	1,155
2010	20,820	6,024	4,912	2,829	2,316
2011	24,324	4,620	6,880	5,585	5,314
2012	34,160	6,024	6,926	3,430	4,215
2013	31,689	4,620	6,764	3,305	3,486
2014	27,346	1,995	4,694	2,596	2,616
2015	14,075	0,970	2,667	1,035	1,408
2016	13,865	1,306	1,947	0,873	1,131
2017	19,156	0,913	2,631	1,079	1,386

Fonte: Banco nacional de Angola 2018. Elaborado pelo autor

Segundo Apex-Brasil (2015), os principais mercados ao qual foram destinadas as exportações de Angola em 2011, isto é, antes de começar o decréscimo das exportações foram: a China com a participação de 45,3% em seguida os Estados Unidos com 24,4%, Índia 7,10%, França 4,20% e África do Sul com 4%. Neste ranking a China se sagrou como maior cliente dos produtos Angolanos.

Gráfico 2 - 5 Principais destinos de exportação de Angola em 2011



Fonte: Apex-Brasil (2015). Elaborado pelo autor

3.3.2 Histórico de venda de barris de petróleo por preço no período de 2006 a 2017.

Quanto ao Histórico de 2006 a 2017, sobre volumes de barris de petróleo bruto em milhões, sobre o preço. Segundo o Banco Nacional de Angola (2018), é notório, por meio da tabela e do gráfico que o ano em que Angola menos exportou barris de petróleo bruto, neste histórico foi o ano de 2006, e o ano em que Angola esteve em maior alta foi ano de 2008, chegando a exportar 672,7 milhões de barris de petróleo bruto.

Quanto ao preço dos barris de petróleo bruto, denotou-se que em 2016 foi ano que marcaram os preços mais baixos neste histórico o preço atingiu até 41,8 US\$ por barril, e em 2012, os preços mais altos chegando a ser 111,6 (US\$) por barril.

Tabela 7 - Histórico de volumes de barris vendidos por preço de 2006 a 2017

Descrição	Volume (milhões de Barris)	Média/dia (milhões de barris)	Preço (US\$/barril)
2006	487,8	1,34	61,4
2007	605,3	1,66	70
2008	672,7	1,84	91,7
2009	646,8	1,77	60,7
2010	625,1	1,71	77,8
2011	586,4	1,61	110,1
2012	617	1,69	111,6
2013	609,3	1,67	107,7
2014	586,9	1,61	96
2015	628,3	1,72	50
2016	611,2	1,67	41,8
2017	575,5	1,58	54

Fonte: Banco nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor

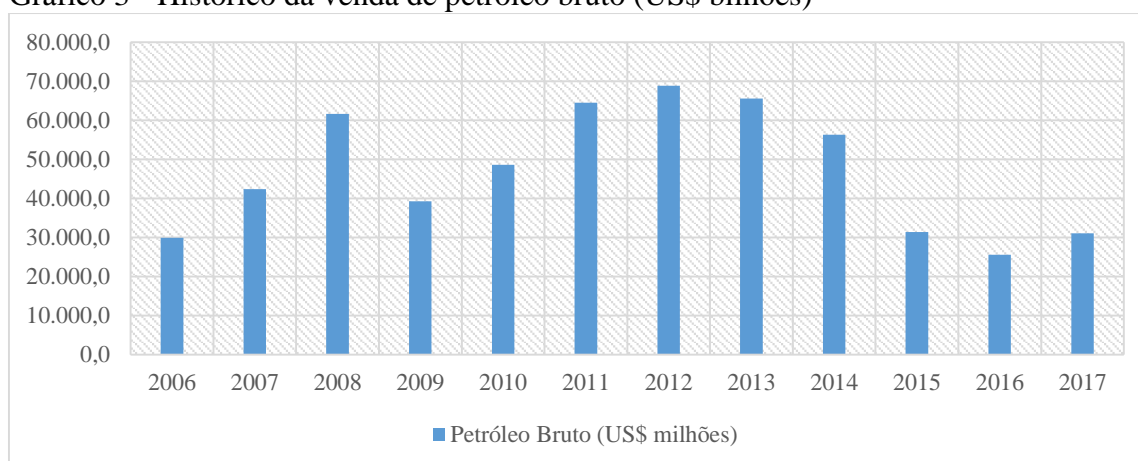
Histórico da venda de petróleo bruto (US\$ milhões), em Angola de 2006 a 2017, como nos apresenta a tabela e o gráfico o ano em que Angola mais rendeu em valores monetários no petróleo bruto foi o ano de 2012 pelo fato de ser um dos anos em que as vendas se encontravam em alta, e os preços ajudaram nos números da renda, pois foi o preço registrado até então, como o mais alto desse histórico.

Tabela 8 - Histórico da venda de petróleo bruto (US\$ bilhões)

DATA	Petróleo Bruto (US\$ bilhões)
2006	29,929
2007	42,352
2008	61,666
2009	39,271
2010	48,629
2011	64,539
2012	68,871
2013	65,611
2014	56,364
2015	31,394
2016	25,577
2017	31,065

Fonte: Banco Nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor

Gráfico 3 - Histórico da venda de petróleo bruto (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Nacional de Angola (2018).

3.3.3 Histórico das exportações de Angola no período de 2006 a 2017

Nesta cessão se explanará sobre o total das exportações de Angola num período de 11 anos, ou seja, no período de 2006 a 2017. Segundo os dados extraídos do BNA, isto é, os dados apresentados no quadro e no gráfico, o ano em que Angola mais exportou em valores monetários foi o ano de 2012. Somando 71,093 bilhões de dólares, por um simples motivo o preço do barril de petróleo estava em alta comparado a outros anos (BNA, 2018).

A partir da tabela e o gráfico é fácil observar o quanto a balança comercial de Angola depende do petróleo para ser superavitária e é extremamente dependente do petróleo, tanto como fonte de receitas tributárias como de divisas. O sector petrolífero foi responsável

por cerca de 64% das receitas tributárias e mais de 95% das exportações de Angola em 2017. A alta dependência das receitas petrolíferas se torna muito vulnerável a volatilidade dos preços do petróleo que por sua vez, dificultam na elaboração do orçamento e aumenta a volatilidade dos gastos públicos, isso ocorreu fortemente no ano de 2014 com o choque nos preços do petróleo. (FMI, 2018).

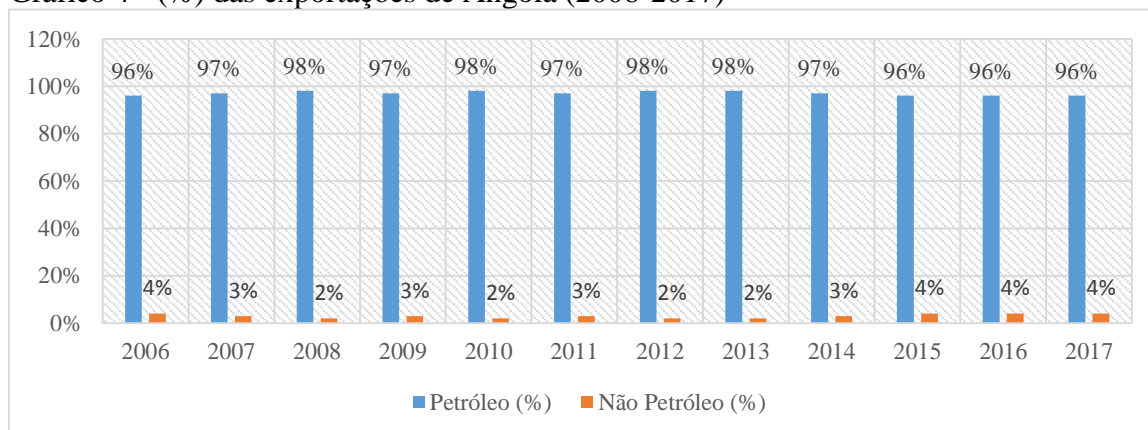
Segundo o relatório do FMI (2018), a forte dependência do petróleo constitui uma das principais fontes de vínculos macrofinanceiros. O petróleo gera uma parcela significativa das receitas fiscais e exportações. Durante 2011–2013, a dependência orçamental dos hidrocarbonetos foi ainda maior, representando 75% do total de receitas tributárias, em média, e a parcela das exportações de petróleo no total das exportações de bens e serviços foi ainda mais significativa, chegando a 97% das exportações em 2011.

Tabela 9 - Histórico das exportações de Angola no período de 2006 a 2017

Descrição	Petróleo	Não petróleo	Total exportação	Petróleo (%)	Não Petróleo (%)
2006	30,483	1,379	31,862	96%	4%
2007	43,003	1,393	44,396	97%	3%
2008	62,457	1,457	63,914	98%	2%
2009	39,803	1,025	40,828	97%	3%
2010	49,351	1,243	50,595	98%	2%
2011	65,591	1,719	67,31	97%	3%
2012	69,716	1,377	71,093	98%	2%
2013	66,902	1,344	68,247	98%	2%
2014	57,642	1,528	59,17	97%	3%
2015	31,895	1,286	33,181	96%	4%
2016	26,366	1,223	27,589	96%	4%
2017	33,312	1,301	34,613	96%	4%

Fonte: Banco Nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 - (%) das exportações de Angola (2006-2017)



Fonte: Banco Nacional de Angola. Elaborado pelo autor.

3.3.4 Os países que Angola mais importou os seus produtos no período de 2006 a 2017.

Neste subtópico quanto a ligação do comercio exterior com Angola se explanará com respeito aos cinco principais países que Angola mais efetua suas importações durante o período de 2006 a 2017 no que diz respeito aos dados extraídos do Banco Nacional de Angola.

Deste modo, conforme é demonstrado na tabela e no gráfico, os cinco países que Angola mais importa os seus produtos e serviços, são: Portugal, China, Estados Unidos, Bélgica e Brasil. No entanto, por incrível que pareça, tirando a junção de outros países, o histórico de importação de Angola, apresenta que o país que mais exporta os seus produtos para Angola é Portugal em seguida a China e o Brasil como o quinto país que mais exporta os seus produtos para este país africano. De 2006 a 2017 Portugal sempre foi o país que mais exportou para Angola com exceção ao ano de 2015, que a China teve a sua ascensão ultrapassando Portugal na exportação para Angola, destacando que o ano em que Portugal mais exportou os seus produtos e serviços para Angola foi no ano de 2014, exportando 4,375 bilhões em valores monetários (BANCO NACIONAL DE ANGOLA, 2018).

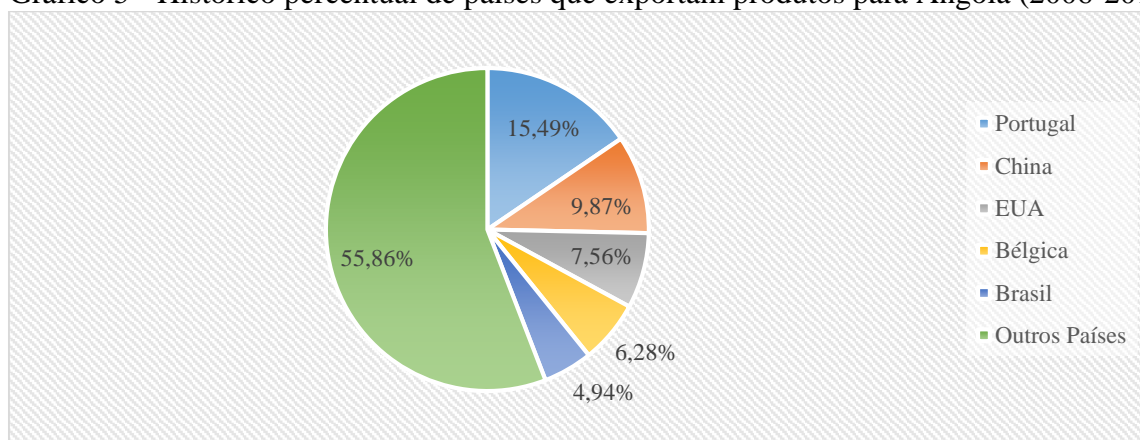
Tabela 10 - Os países que mais efetuam suas exportações (bilhões de US\$), para Angola.

Países/Data	Portugal	China	EUA	Bélgica	Brasil	Outros/Países
2006	1,050	0,341	0,365	0,493	0,495	2,920
2007	1,656	0,368	0,948	0,432	0,661	4,527
2008	2,623	1,352	1,483	0,845	0,760	7,766
2009	3,149	1,677	2,421	1,445	1,404	12,452
2010	2,413	1,419	1,238	1,209	0,843	9,545
2011	3,106	1,541	1,658	1,214	0,847	11,864
2012	3,882	2,190	1,292	1,583	1,042	13,715
2013	4,333	2,666	1,249	1,438	1,128	15,518
2014	4,375	3,475	1,942	1,724	1,254	15,811
2015	2,627	2,862	1,308	1,319	0,795	11,782
2016	1,788	1,463	1,432	0,928	0,617	6,812
2017	2,363	1,891	0,938	0,893	0,803	7,576

Fonte: Banco Nacional de Angola (2018).

Para o Banco Nacional de Angola (2018), o histórico de 2006 a 2017 também demonstra uma representatividade quanto as porcentagens, descrevendo por intermédio do gráfico que Portugal em todo esse período participou 15,49% nas importações de Angola, a China 9,87%, EUA 7,56%, Bélgica 6,28% o Brasil 4,94% e a junção de outros países foi de 55,86%.

Gráfico 5 - Histórico percentual de países que exportam produtos para Angola (2006-2017).



Fonte: Banco Nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor

3.3.4.1 Importação por classificação econômica em bilhões de U.S Dólares.

Neste ponto procura-se explicar sobre um conjunto de bens econômicos que Angola vem importando no período de 2006 a 2017. Para Sandroni (2004, p.51), “bens é tudo o que tem utilidade, podendo satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência”.

Por tanto, segundo o BNA (2018), as importações de Angola estão vinculadas em três bens. Bens de consumo corrente, bens de consumo intermédio e bens de capital.

De acordo com Henriques e Leandro (2018, p. 42) “bens de consumo corrente são aqueles que satisfazem diretamente as necessidades (alimentação, vestuário)”. Com tudo, conforme os dados apresentados no gráfico o bem mais importado neste período (2006-2017), são os bens de consumo corrente totalizando 59% das suas importações. O ano com importação mais significativa quanto ao bem de produção, foi o ano de 2014.

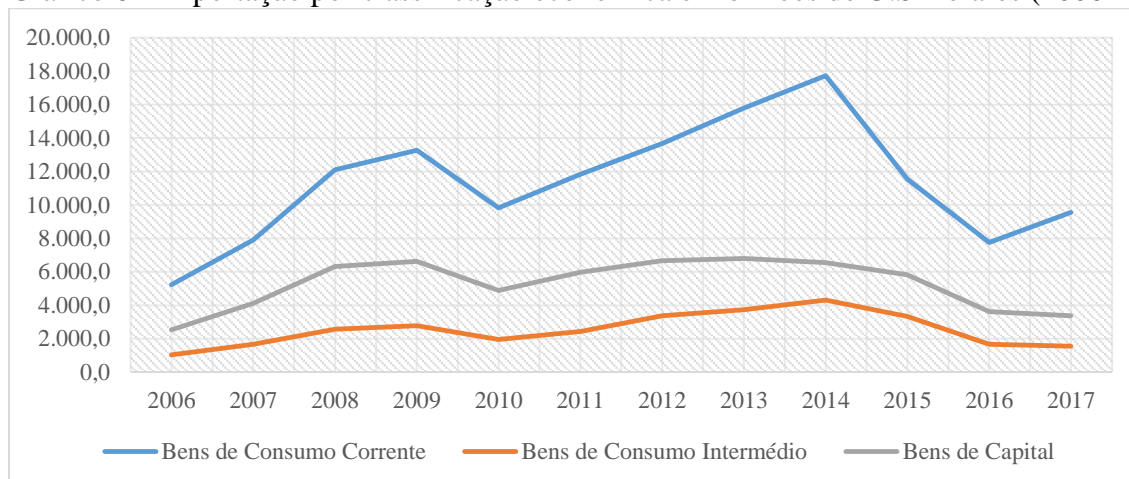
Para Sandroni (2004), bens de capital são bens que servem para gerar outros bens, ou seja, sem os bens de capital é quase impossível produzir outros bens, principalmente os bens de consumo, obviamente também serve para a produção de bens intermédia. Deste modo, como máquinas, equipamentos, material de transporte e instalações de uma indústria.

Tabela 11 - Importação por classificação econômica em bilhões de U.S Dólares (2006-2017)

Descrição	Bens de Consumo Corrente	Bens de Consumo Intermédio	Bens de Capital	Total de Mercadorias
2006	5,229	1,027	2,522	8,778
2007	7,898	1,657	4,107	13,661
2008	12,109	2,565	6,308	20,982
2009	13,271	2,770	6,620	22,660
2010	9,824	1,955	4,888	16,667
2011	11,837	2,428	5,963	20,228
2012	13,668	3,376	6,660	23,704
2013	15,798	3,732	6,801	26,331
2014	17,727	4,303	6,550	28,580
2015	11,543	3,325	5,825	20,693
2016	7,754	1,673	3,614	13,040
2017	9,551	1,549	3,363	14,463

Fonte: Banco Nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 6 - Importação por classificação econômica em bilhões de U.S Dólares (2006-2017)



Fonte: Banco Nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor.

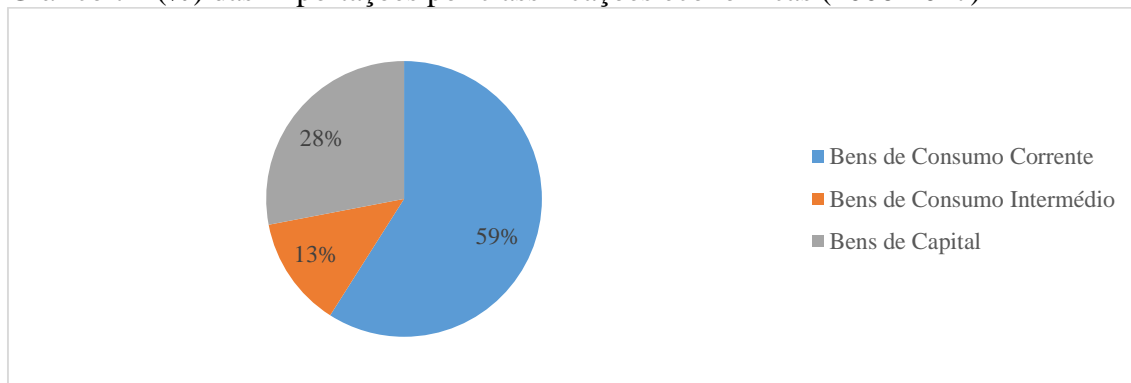
Por tanto, os bens de capital, totalizaram 28% das exportações conforme apresentado no gráfico.

Já os bens intermediários ou bens processados são tipos de bens que também são usados para a produção de outros bens especificamente em produtos finais. Por exemplo o tecido que sai na indústria têxtil, é um bem intermediário que numa fábrica de roupa pode se transformar em uma bela camisa, os pregos, produtos que também são bens intermediários na fabricação de uma cama que se pode considerar um produto final acabado. Os produtos intermediários, portanto, são insumos que em geral uma empresa compra de outra para a elaboração dos produtos de sua especialidade. Até o produto final, a produção passa por uma

cadeia de bens intermediários, decorrendo um processo que é chamado de divisão do trabalho (SANDRONI, 2004).

No entanto, os bens de consumo intermédio foi o bem que totalizaram menos importações na balança de pagamento de Angola, totalizando apenas 13%.

Gráfico 7 - (%) das importações por classificações econômicas (2006-2017)



Fonte: Banco Nacional de Angola (2018). Elaborado pelo autor

3.3.5 Porcentagem de importação e exportação sobre o pib

Concernente a porcentagem das importações e exportações sobre o pib, descreve-se que na tabela 13 e gráfico 8, demonstram um fato interessante, que a porcentagem das exportações sobre o PIB de Angola tem decrescido, pois em quanto a porcentagem em 2006 era 66%, tendo um crescimento até 2009 com 72%, nota-se decréscimo em que no ano 2017 a porcentagem das exportações sobre o PIB acaba a ser 27%. Isto mostra que Angola comercializou bem menos com o resto do mundo do que faziam a 8 anos atrás. Do mesmo jeito ocorre com a porcentagem das importações sobre o PIB. Esta base de dados também aponta que em todos esses anos sempre houve superávit na balança comercial de Angola (BLANCHARD, 2011).

Segundo Sandroni (2008, p.459), “o produto interno bruto (PIB). Refere-se ao valor agregado de os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país”.

Tabela 12 - Histórico do Pib de Angola em bilhões de US\$ (2006-2017)

Data	PIB, (US\$ atual)
2006	41.789.479.931,71
2007	60.448.924.661,79
2008	84.178.035.578,82
2009	75.492.385.928,33
2010	82.526.143.645,06
2011	104.115.807.985,97
2012	113.923.162.050,11
2013	124.912.503.781,15
2014	126.730.196.125,43
2015	102.621.215.573,46
2016	95.337.203.468,12
2017	124.209.385.825,22

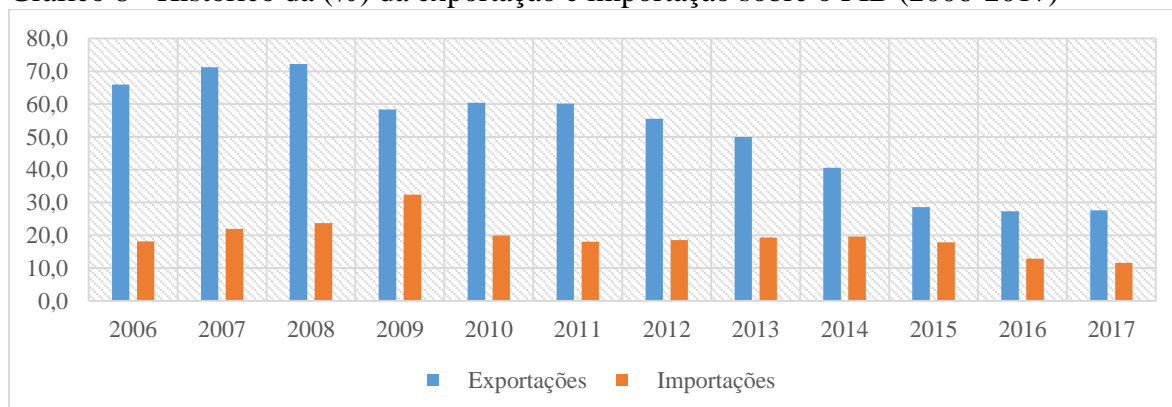
Fonte: Banco Mundial (2018). Elaborado pelo autor

Tabela 13 - Histórico da (%) da exportação e importação sobre o PIB

Porcentagem do Pib	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Exportações	66	71	72	58	60	60	55	50	41	29	27	28
Importações	18	22	24	32	20	18	18	19	20	18	13	12

Fonte: Banco Mundial (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 8 - Histórico da (%) da exportação e importação sobre o PIB (2006-2017)



Fonte: Banco Mundial (2018). Elaborado pelo autor.

3.3.6 Históricos da balança comercial de angola de 2006 a 2017

Nesta sessão abordar-se-á sobre o nível de exportação e importação, ou seja, as variáveis que compõem a balança comercial de Angola durante o período estudado.

Quando ocorre venda do país ao exterior denomina-se como **exportação**, já as compras de mercadorias oriunda do exterior chama-se **importação**, e quando se trata de transações relacionado com o exterior, normalmente os registros são efetuados em dólar norte-

americano, que atualmente é o meio de pagamento internacional. Essas duas variáveis compõem a balança comercial, que por sua vez, é registrada na balança de pagamento (PAULANI, BRAGA; 2013).

Segundo Blanchard (2011), a balança comercial descreve a diferença que a entre exportação e importação. Se por acaso as exportações apresentarem números maiores comparado as importações, conforme os dados apresentados a baixo denominam-se como balança comercial superavitária, se porventura as importações se tornarem maior que as exportações a balança comercial é deficitária, melhor dizendo negativa.

Balança comercial. Relação entre as exportações e as importações de um país quando o valor das exportações excede o valor das importações, o país apresenta um superávit e torna-se credor do estrangeiro; quando ao contrario as importações superam as exportações o país está em dívida com estrangeiro e apresenta um déficit em sua balança comercial. Uma serie de valores influi sobre a ocorrência de um déficit ou de um superávit na balança comercial. Entre os mais importantes pode se citar: A evolução dos preços das importações e das exportações de um país; a evolução dos volumes importados e exportados. Um desequilíbrio entre provocar um déficit na balança comercial, o mesmo acontecendo com alterações nos volumes das importações e exportações. A balança comercial, também chamada de balança visível, faz parte do balanço de pagamento (SANDRONI, 2004, p.40).

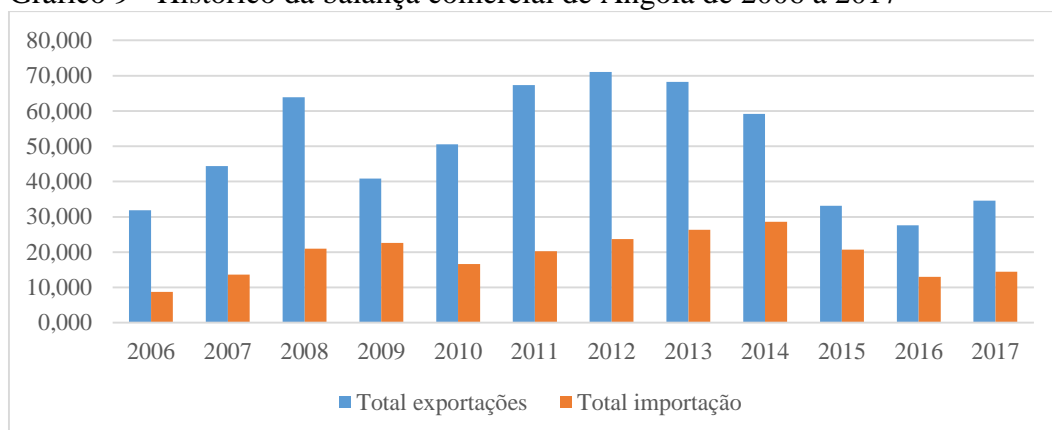
Os dados apresentam que em todos estes anos devido a produção e exportação petrolífera que normalmente tem chegado até 98% das exportações de Angola, o país tem tido sempre balança comercial superavitária, pois as suas exportações sempre excedem as importações. Por meio dos dados apresentados, é notório que o ano em que Angola mais exportou foi o ano de 2012, chegando a 71,093 bilhões de US\$, já a partir dos anos 2014 a exportações começam a decair devido os choques do preço do petróleo; ainda assim a balança comercial continuou sendo superavitária.

Tabela 14 - Histórico da balança comercial de Angola em bilhões de US\$ de 2006 a 2017

Descrição	Total exportação	Total importação
2006	31,862	8,778
2007	44,396	13,661
2008	63,914	20,982
2009	40,828	22,660
2010	50,595	16,667
2011	67,310	20,228
2012	71,093	23,704
2013	68,247	26,331
2014	59,170	28,580
2015	33,181	20,693
2016	27,589	13,040
2017	34,613	14,463

Fonte: Banco Nacional de Angola. Elaborado pelo autor

Gráfico 9 - Histórico da balança comercial de Angola de 2006 a 2017



Fonte: Banco Nacional de Angola. Elaborado pelo autor.

3.3.7 Histórico da taxa de câmbio de 2006 a 2017

De acordo com Blanchard (2011), o histórico da taxa de câmbio nos leva a entender as transições comerciais, ou seja, saber quanto preciso em Kwanza para comprar 1 dólar moeda usada nas transações comerciais. Conforme é demonstrado no gráfico, a moeda angolana, o Kwanza (KZ), como esperado sempre foi inferior ao dólar, e nos últimos anos foi demonstrado cada vez mais uma depreciação comparado ao dólar.

Tabela 15 - Histórico da taxa de cambio de Angola comparado ao dólar (2000-2017)

Data	Taxa de cambio
2000	15,70
2001	29,34
2002	56,31
2003	77,93
2004	86,00
2005	80,79
2006	80,17
2007	75,02
2008	75,05
2009	88,31
2010	92,36
2011	94,67
2012	95,78
2013	98,02
2014	102,09
2015	135,24
2016	166,39
2017	169,23

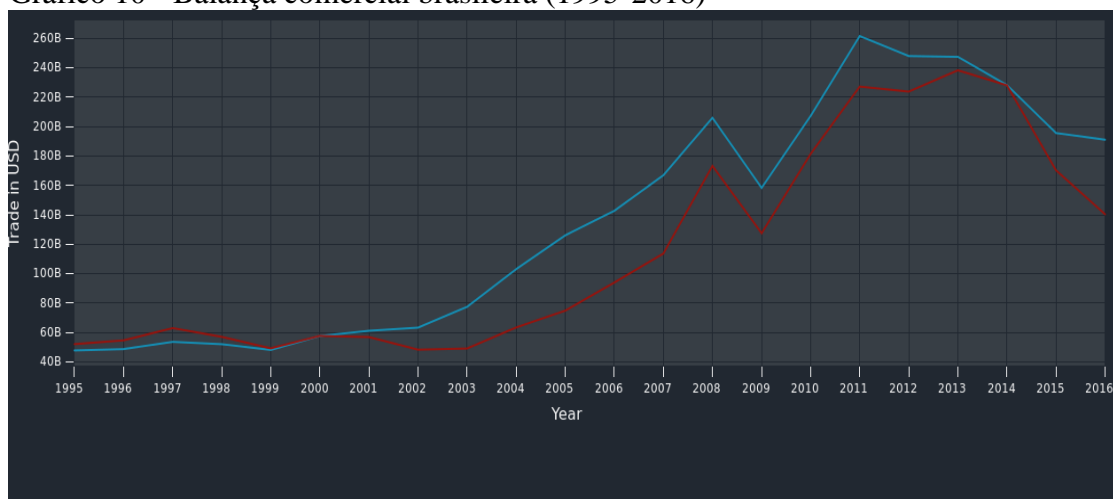
Fonte: Banco Mundial (2018), elaborado pelo autor

3.4 BRASIL E O COMÉRCIO EXTERIOR

Nesta seção se apresentará dados relevantes para reflexão da posição do Brasil quanto ao comércio exterior. Buscar apresentar a balança comercial, os fluxos de importação e fluxos de exportação em valores monetários, apresentar por meio de gráficos e tabelas os países que tem maior negociação com o Brasil e os produtos que o Brasil mais exporta e importa.

Segundo a OEC, em 2016 o Brasil é o 24^a país com maior economia de exportação no mundo, a qual as suas principais exportações são: a soja, minério de ferro, açúcar bruto, crude petroleum, carne de aves, petrolíferos refinados, medicamentos embalados e outros. Concernente as suas importações, durante os últimos cinco anos as importações do Brasil decresceram a uma taxa anualizada de -9,4%, de 226 bilhões de dólares no ano de 2011, para 140 bilhões em 2016.

Gráfico 10 - Balança comercial brasileira (1995-2016)



Fonte: OEC

3.4.1 Exportações continentais do Brasil

Nesta seção, irá se apresentar na prática a abertura da economia brasileira e procurar-se-á retratar sobre as exportações que o Brasil faz no seu e nos outros continentes.

Com tudo, segundo o MDIC (2018), quanto as exportações feitas nas Américas, é notório que de 200 a 2006 a América do Norte que por sua vez, constituído por Estados Unidos, Canadá, México, era o que mais exportava os produtos do Brasil, perdendo assim a liderança a partir do ano de 2007 até 2017 para a América do Sul que é composto por Mercado Comum Do Sul – Mercosul, Comunidade Andina das Nações – CAN e outros não identificados.

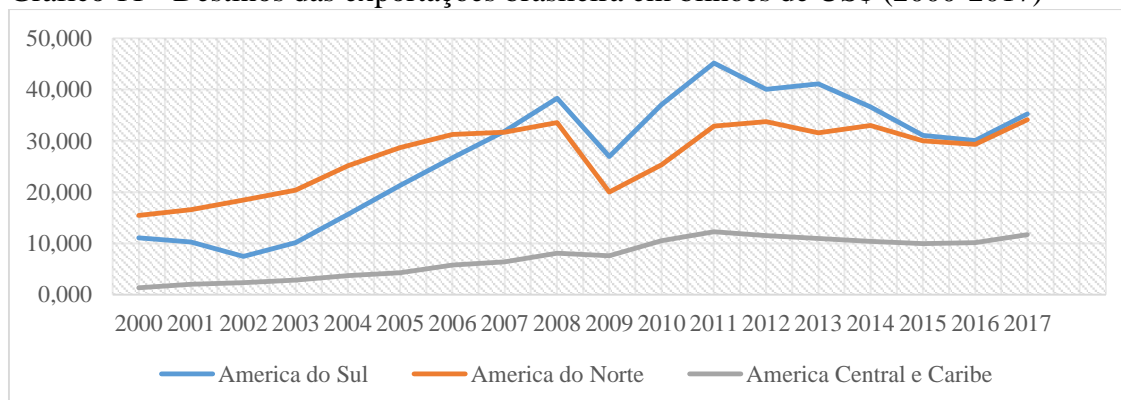
Já na tabela a seguir fora das Américas, é notório que a Europa que por sua vez esta constituído pela União Europeia, Rússia e outros países que não foram citados, até o ano de 2008 era a líder como o principal destino das exportações brasileiras. A partir do ano de 2009 a Ásia disparou como o continente a qual teve o maior destino de exportações do Brasil, os principais países que representam a Ásia são: China, Hong Kong E Macau, Associação De Nações Do Sudeste Asiático – Asean, Japão, Coreia Do Sul e outros países não identificados; nesta lista depois surge o continente Africano em geral como destino das exportações do Brasil.

Tabela 16 - Destinos das exportações brasileiros em bilhões de US\$ (2000-2017)

Data	América do Sul	América do Norte	América Central e Caribe
2000	11,093	15,436	1,329
2001	10,240	16,569	2,027
2002	7,445	18,456	2,330
2003	10,117	20,396	2,804
2004	15,621	25,142	3,675
2005	21,298	28,669	4,292
2006	26,701	31,244	5,747
2007	31,847	31,675	6,395
2008	38,285	33,554	8,044
2009	26,947	19,986	7,546
2010	37,080	25,336	10,516
2011	45,168	32,883	12,268
2012	40,023	33,727	11,510
2013	41,098	31,577	10,942
2014	36,623	33,006	10,416
2015	31,029	30,007	9,955
2016	30,034	29,335	10,146
2017	35,248	34,106	11,671

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 11 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017)



Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

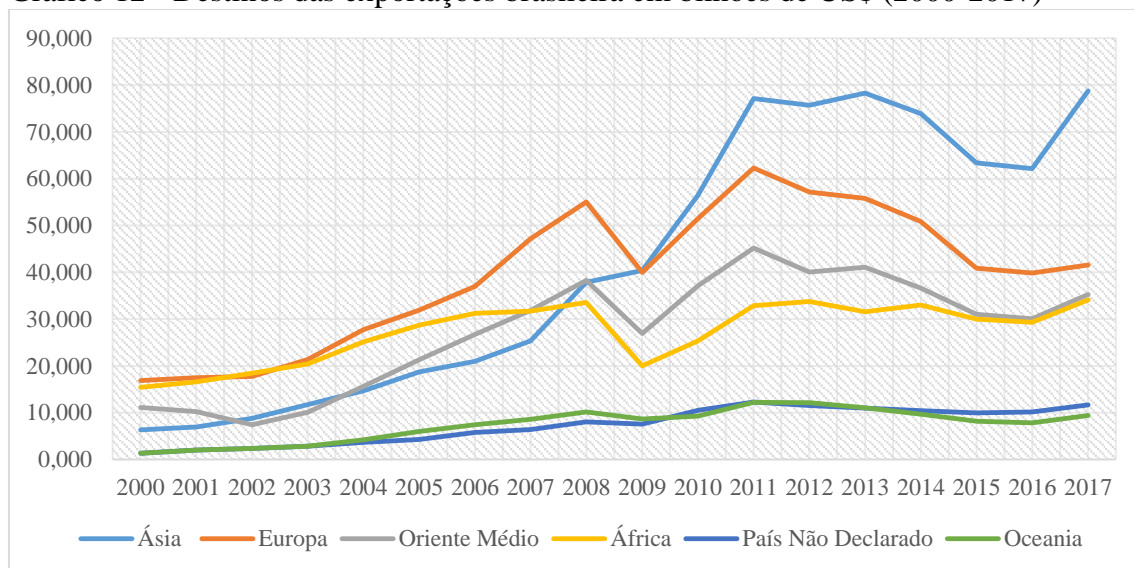
Já na tabela na tabela que representa os destinos das exportações fora das Américas, é notório que a Europa que por sua vez esta constituído pela União Europeia, Rússia e outros países que não foram citados, até o ano de 2008 era a líder como o principal destino das exportações brasileiras. A partir do ano de 2009 a Ásia disparou como o continente a qual teve o maior destino de exportações do Brasil, os principais países que representam a Ásia são: China, Hong Kong E Macau, Associação De Nações Do Sudeste Asiático – Asean, Japão, Coreia Do Sul e outros países não identificados; nesta lista depois surge o continente Africano em geral como destino das exportações do Brasil (MDIC,2018).

Tabela 17 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017)

Data	Ásia	Europa	Oriente Médio	África	País Não Declarado	Oceania
2000	6,332	16,874	11,093	15,436	1,329	1,345
2001	6,962	17,449	10,240	16,569	2,027	1,982
2002	8,813	17,777	7,445	18,456	2,330	2,360
2003	11,758	21,365	10,117	20,396	2,804	2,855
2004	14,675	27,734	15,621	25,142	3,675	4,235
2005	18,684	31,904	21,298	28,669	4,292	5,979
2006	20,933	36,961	26,701	31,244	5,747	7,449
2007	25,308	47,183	31,847	31,675	6,395	8,569
2008	37,840	55,019	38,285	33,554	8,044	10,149
2009	40,413	39,954	26,947	19,986	7,546	8,678
2010	56,463	51,468	37,080	25,336	10,516	9,255
2011	77,118	62,296	45,168	32,883	12,268	12,207
2012	75,722	57,120	40,023	33,727	11,510	12,151
2013	78,264	55,809	41,098	31,577	10,942	11,076
2014	73,930	50,888	36,623	33,006	10,416	9,700
2015	63,365	40,865	31,029	30,007	9,955	8,197
2016	62,138	39,812	30,034	29,335	10,146	7,831
2017	78,743	41,529	35,248	34,106	11,671	9,393

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 12 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017)



Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

3.4.1.1 Exportações de bens

Nesta seção se abordará sobre os bens que o Brasil exporta. Observa-se pela base de dados extraído do Mdic, que a diversidade de bens quanto as exportações que o Brasil efetua. Por tanto, desde o ano de 2000 a 2017 se registrou vários tipos de bens. Bens estes que são: bens intermediários (BI), bens de consumo (BC), Combustíveis e lubrificantes, bens de capital (BK), e bens que não foram especificados.

Descreve-se a partir da tabela e gráfico, que os bens que o Brasil mais exportou neste período são os bens intermediários e o ano que mais se destacou as exportações destes bens em valores monetários foi ano de 2011.

O segundo bem mais exportado durante todo esse período são os bens de consumo, em seguida os combustíveis e lubrificantes, depois os bens de capital (bem que gera outro bem e por último os bens não especificados).

Tabela 18 - Destinos das exportações brasileira em bilhões de US\$ (2000-2017)

Data	Bens Intermediários (BI)	Bens De Consumo (BC)	Combustíveis e Lubrificantes	Bens De Capital (BK)	Bens Não Especificados Anteriormente
2000	34,673	11,604	1,873	6,806	0,062
2001	35,202	13,010	3,202	6,637	0,077
2002	37,154	13,499	3,993	5,589	0,056
2003	45,870	16,114	5,014	5,921	0,056
2004	59,042	20,062	6,156	11,000	0,072
2005	70,961	25,619	9,760	12,267	0,086
2006	82,395	28,058	14,347	12,810	0,097
2007	94,925	31,436	17,401	16,628	0,132
2008	117,165	35,472	25,426	19,585	0,131
2009	95,798	28,259	17,492	11,217	0,144
2010	130,152	32,853	24,291	14,355	0,137
2011	169,495	35,557	32,591	18,121	0,172
2012	157,943	33,183	31,160	19,820	0,171
2013	159,920	35,739	22,084	24,046	0,179
2014	150,532	32,732	24,848	16,661	0,202
2015	129,775	29,259	16,256	15,504	0,177
2016	123,387	29,949	13,276	18,319	0,301
2017	145,621	34,039	20,922	17,017	0,141

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

3.4.2 Importação continental do Brasil

Se narrou sobre os continentes ao qual o Brasil escoa os seus produtos, no entanto, neste sob tópico vai se apresentar dados que explicam sobre as importações do Brasil noutros continentes.

Quanto a importação com as Américas antes de tudo á uma necessidade de frisar que o Brasil neste período de tempo (2000-2017), teve uma balança comercial superavitária, ou seja, efetuou mais exportação do que importação (MDIC, 2018).

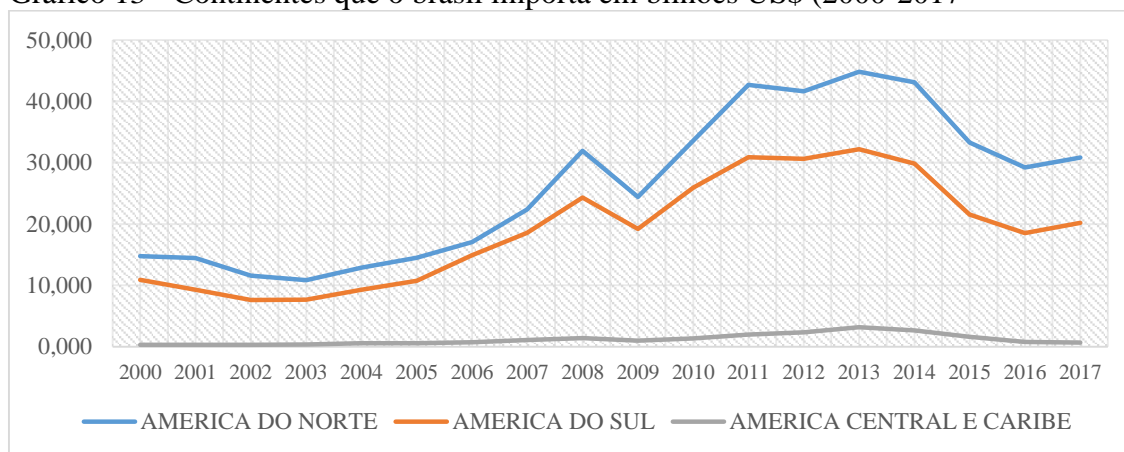
Para o Mdic (2018), é visível mediante o quadro e do gráfico que durante este período o continente ao qual o Brasil mais importou bens de caráter econômico, é a América do Norte composto por Estados Unidos, Canadá e México; depois vem a América do Sul composto por Mercado Comum Do Sul – Mercosul, Comunidade Andina Das Nações – Can, e outros países não identificados e a América Central.

Tabela 19 - Continentes que o Brasil importa em bilhões US\$ (2000-2017)

Data	AMERICA DO NORTE	AMERICA DO SUL	AMERICA CENTRAL E CARIBE
2000	14,753	10,892	0,326
2001	14,479	9,288	0,303
2002	11,581	7,626	0,327
2003	10,848	7,655	0,376
2004	12,910	9,277	0,574
2005	14,503	10,733	0,596
2006	17,068	14,930	0,758
2007	22,376	18,576	1,084
2008	31,955	24,292	1,430
2009	24,414	19,196	1,018
2010	33,611	25,938	1,361
2011	42,657	30,905	2,010
2012	41,635	30,603	2,361
2013	44,814	32,180	3,181
2014	43,087	29,849	2,658
2015	33,273	21,527	1,601
2016	29,200	18,542	0,778
2017	30,846	20,219	0,683

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 13 - Continentes que o Brasil importa em bilhões US\$ (2000-2017)



Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

Por tanto, quanto aos outros continentes ao qual o Brasil efetuou as suas importações durante o período de 2000-2017 consoante a base de dados extraído no Mdic, foram estes: Ásia, Europa, África, Oriente Médio, Oceania e um país não declarado.

A base de dados nos informa que de 200 a 2007 o continente ao qual Brasil efetuou mais importação fora das Américas, foi a Europa, já em 2008 a 2017, a Ásia se sagra como o

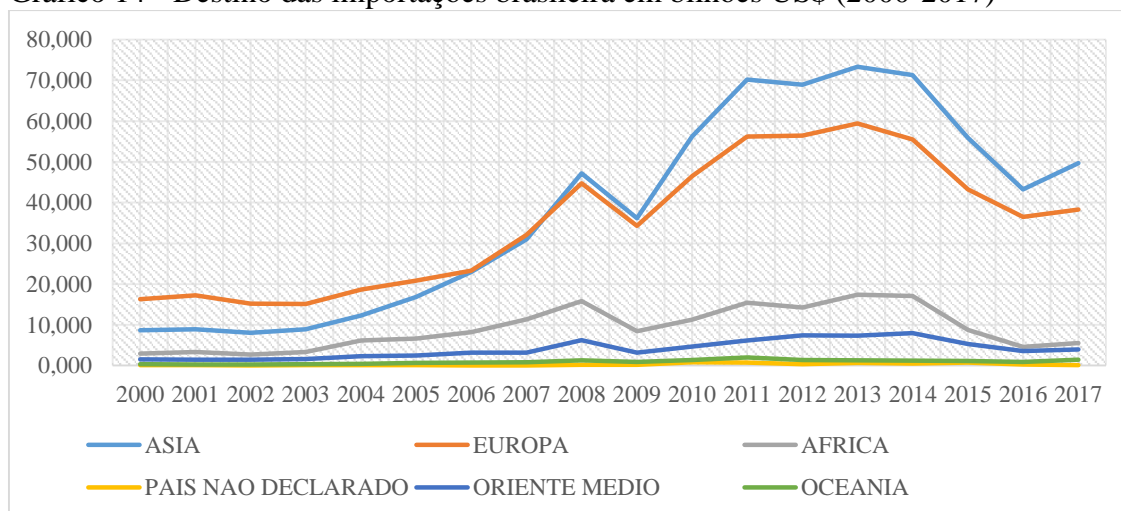
continente ao qual Brasil efetua maiores importações. Neste período de 200- 2017, o continente Africano sempre esteve como o terceiro continente que o Brasil mais efetuou as suas importações, depois o Oriente Médio, e Oceania.

Tabela 20 - Destino das importações brasileiras em bilhões US\$ (2000-2017)

Data	Ásia	Europa	África	País não Declarado	Oriente Médio	Oceania
2000	8,652	16,336	2,909	0,124	1,563	0,335
2001	8,913	17,270	3,331	0,088	1,471	0,301
2002	8,022	15,177	2,675	0,055	1,430	0,247
2003	8,921	15,108	3,303	0,117	1,625	0,316
2004	12,276	18,680	6,180	0,118	2,328	0,402
2005	16,859	20,871	6,657	0,079	2,510	0,662
2006	22,983	23,291	8,171	0,072	3,155	0,766
2007	30,973	32,057	11,327	0,072	3,205	0,805
2008	47,147	44,752	15,818	0,185	6,231	1,309
2009	36,148	34,304	8,482	0,207	3,143	0,901
2010	56,193	46,489	11,303	0,790	4,690	1,401
2011	70,151	56,171	15,438	0,745	6,157	2,010
2012	68,945	56,432	14,271	0,368	7,399	1,354
2013	73,317	59,403	17,389	0,705	7,368	1,324
2014	71,274	55,488	17,061	0,482	7,999	1,232
2015	55,928	43,227	8,764	0,714	5,314	1,112
2016	43,245	36,462	4,601	0,300	3,570	0,887
2017	49,657	38,289	5,532	0,134	3,964	1,426

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 14 - Destino das importações brasileira em bilhões US\$ (2000-2017)



Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

3.4.2.1 Importação de bens

Quanto às importações bens, é notória também uma variedade de bens que o Brasil importa de outros continentes, bens esse que são: bens intermediários (BI), bens de capital (BK), bens de consumo (BC), combustíveis e lubrificantes e bens não identificados.

Mediante os dados da tabela 21 percebe-se que os bens que o Brasil mais importa dos outros continentes são os bens intermediário, durante o período analisado na tabela vesse também que um dos produtos mais importados foram os combustíveis e lubrificantes.

Tabela 21 - Importação de bens em bilhões de US\$ (2000-2017)

Data	Bens Intermediários	Bens de Capital	Bens de Consumo	Combustíveis e Lubrificantes	Bens Não Especificados
2000	35,086	8,694	5,678	6,361	0,072
2001	34,157	9,184	5,753	6,304	0,046
2002	29,613	6,572	4,688	6,226	0,041
2003	31,651	5,527	4,408	6,582	0,103
2004	40,312	6,726	5,399	10,304	0,003
2005	46,145	8,588	6,831	11,898	0,006
2006	55,662	10,511	9,878	15,134	0,008
2007	72,080	14,290	14,017	20,081	0,008
2008	100,298	21,565	19,694	31,546	0,015
2009	73,185	18,468	19,260	16,783	0,116
2010	103,643	25,678	27,096	25,290	0,068
2011	124,674	30,515	34,858	36,115	0,083
2012	123,010	31,657	33,379	35,260	0,061
2013	131,657	32,698	34,674	40,546	0,105
2014	126,882	29,488	33,116	39,478	0,164
2015	99,414	23,330	26,810	21,717	0,187
2016	84,960	18,368	21,729	12,407	0,122
2017	93,664	16,135	23,266	17,575	0,109

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

3.4.3 Históricos da balança comercial brasileira de 1997-20017

No que concerne a balança comercial brasileira indo pela análise dos dados, diz-se que é uma balança comercial marcado na maioria das vezes com superávit comercial.

Conforme nos apresenta a tabela e o gráfico com dados extraídos do Mdic, observa-se que de 1997 a 2000° Brasil passou por déficits na balança comercial, no ano de 2014 também é marcado por déficit comercial. Já os anos 2001 a 2013 e os anos 2015 a 2017, são anos

marcados por constantes superávits comerciais, ou seja, anos em que o Brasil exportou mais do que importou. Que por sua vez, consequentemente se reflete claramente nas taxas de câmbio.

Tabela 22 - Histórico da balança comercial do Brasil de 1997 a 2017

Data	Exportação	Importação
1997	52.947.495.532,00	59.484.840.278,00
1998	51.076.603.549,00	57.596.907.511,00
1999	47.945.909.310,00	49.181.644.327,00
2000	55.018.346.483,00	55.891.118.709,00
2001	58.128.223.219,00	55.444.566.162,00
2002	60.290.491.129,00	47.140.165.638,00
2003	72.975.027.454,00	48.269.929.600,00
2004	96.332.184.410,00	62.744.505.513,00
2005	118.692.856.544,00	73.468.391.463,00
2006	137.708.096.759,00	91.192.855.350,00
2007	160.521.882.755,00	120.475.382.973,00
2008	197.778.858.085,00	173.118.588.785,00
2009	152.910.580.383,00	127.812.153.899,00
2010	201.788.337.035,00	181.774.969.378,00
2011	255.936.306.857,00	226.244.222.128,00
2012	242.277.307.190,00	223.366.721.023,00
2013	241.967.561.759,00	239.681.231.635,00
2014	224.974.401.228,00	229.127.843.314,00
2015	190.971.087.339,00	171.458.999.759,00
2016	185.232.116.301,00	137.585.830.976,00
2017	217.739.218.466,00	150.749.494.421,00

Fonte: MDIC (2018). Elaborado pelo autor.

3.4.4 Taxa de câmbio

A moeda brasileira raras vezes esteve apreciado em relação ao dólar, geralmente quando a moeda se aprecia a tendência é aumentar o nível de importação, ou seja, comprar produtos do exterior, deste modo, parece se ter um desprezo sobre os produtos doméstico, nesta situação, a tendência é sempre a balança comercial ser deficitária. Nota-se no gráfico 11 que de 1995 a 1999 as importações brasileiras superaram as suas exportações pelo fato do cambio estar altamente valorizado comparado ao dólar, tanto que em 1995, 1 dólar equivalia 0,92 centavos, e a medida que a moeda brasileira vai se desvalorizando a balança comercial passa a ser superavitária (BLANCHARD, 2011).

Essas movimentações ou interferência da taxa de cambio, com a balança comercial, quase que não funciona na economia angolana, pelo fato de ser uma economia puramente

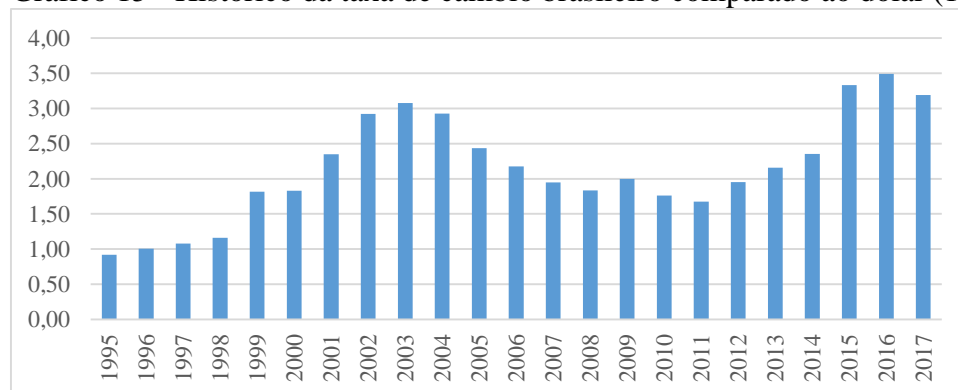
importadora, ou seja, quase que nada produz, isto é, importa quase tudo que consome. Imaginemos que a moeda de Angola (KZ), se deprecia em relação ao dólar, essas oscilações da taxa de câmbio, podem até influenciar na balança comercial, mais só no curto prazo, porque no médio e longo prazo o país volta a importar novamente os bens que necessita, pelo fato de ser uma economia totalmente de caráter importador. Diferente do Brasil que qualquer oscilações na taxa de câmbio a um impacto direto na balança comercial.

Tabela 23 - Histórico da taxa de cambio brasileiro comparado ao dólar (1995-2017)

Data	Taxa de cambio
1995	0,92
1996	1,01
1997	1,08
1998	1,16
1999	1,81
2000	1,83
2001	2,35
2002	2,92
2003	3,08
2004	2,93
2005	2,44
2006	2,18
2007	1,95
2008	1,83
2009	2,00
2010	1,76
2011	1,67
2012	1,95
2013	2,16
2014	2,35
2015	3,33
2016	3,49
2017	3,19

Fonte: Ipea (2018). Elaborado pelo autor

Gráfico 15 - Histórico da taxa de cambio brasileiro comparado ao dólar (1995-2017)



Fonte: Ipea (2018). Elaborado pelo autor

3.5 COMERCIO ENTRE BRASIL E ANGOLA

Quanto à relação entre Angola e Brasil, no subtópico 3.1.1 se explanou sobre os dados em relação ao acordo bilateral feito pelos dois países voltados ao setor petrolífero, neste ponto se abordara sobre o comércio entre os dois países, com isso, analisar o desempenho da balança comercial entre Brasil e Angola, trazer os produtos mais exportados e importados durante o período estudado, e abordar também sobre produtos da área petrolífera.

As relações econômicas Brasil-Angola tiveram início quando os primeiros africanos foram trazidos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Angola participou ativamente da formação do povo brasileiro, sendo considerada a mãe negra do Brasil, o qual acabou por se constituir no segundo maior país de população negra do mundo. Estado da Bahia, por exemplo, possui um contingente negro superior a muitos países africanos. Além da mão-de-obra escrava, outros “produtos” compunham a pauta das exportações angolanas para o Brasil, tais como: ouro em pó, marfim, óleo de amendoim, cera branca e amarela, azeite de dendê. Em contrapartida, o Brasil exportava produtos nativos (aguardente, açúcar, tabaco e outros) e reexportava produtos europeus e asiáticos (tecidos, lenços, vinho e manteiga) (CUNHA, 2002).

Segundo Badin e Morosini (2017), O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. Com os acordos nucleares que Brasil fez com Alemanha e, sobretudo, a busca por outros fornecedores de petróleo, Angola tornou-se, nestas circunstâncias, uma alternativa para o Brasil no auge da crise mundial do petróleo. Concomitantemente, nos anos setenta, as relações econômicas entre Angola e o Brasil foram estruturadas de acordo com o fluxo comercial: o Brasil exportou produtos manufaturados e semimanufaturados e Angola exportou petróleo e derivados. Em 1979, o Brasil investiu diretamente pela primeira vez em Angola, especialmente no setor petrolífero do país, mediante a agência Petrobras, cuja participação combinou acesso a fontes de petróleo com a oportunidade de exportar produtos e tecnologias brasileiras.

3.5.1 Exportação do Brasil para Angola

Para o MDIC (2018), neste ponto se destacara pelo menos seis ou cinco principais produtos de exportação, ou seja, os produtos que Angola mais importou do Brasil durante o período de 2006-2017. Conforme nos apresenta as tabelas e os gráficos, as exportações do Brasil para Angola são marcadas na maioria das vezes por produtos alimentícios como, Açúcar,

Galinha, Carne, fubá de milho. No entanto, também se encontra, principalmente bens intermediários como Chassis com motor a diesel e cabina, construções pré-fabricadas, e bens de capitais como tratores para semirreboque e produto derivado do petróleo neste caso a gasolina. E é notório também que conforme os anos vão passando a uma variação concernente aos produtos, na pauta da exportação.

É visível na tabela e no gráfico, que de 2006 a 2008, o ano que o Brasil mais exportou derivado de petróleo foi o ano de 2007. Exportando assim 74,848 milhões de U\$ em derivado de petróleo, especificamente a gasolina.

Tabela 24 - Histórico das exportações do Brasil para Angola (2006-2008)

Produtos /Data	2006	2007	2008
Outras Gasolinas	40,856	74,848	68,643
Outs. Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim. Pura, Sol.	88,947	68,403	88,107
Chassis C/Motor Diesel E Cabina, Carga>20t	28,929	67,039	92,075
Outras Construções Pré-fabricadas, De Ferro Ou Aço	11,261	57,180	26,094
Tratores Rodoviários P/Semi-Reboques	29,257	40,550	77,935
Carnes De Galos/ Galinhas, N/Cortadas Em Pedacos, Congel.	20,221	29,982	35,567
Total	837,779	1.218,236	1.974,576

Fonte: Mdic, (2018). Elaborado pelo autor

Já no ano de 2009, começa a haver diferença quanto aos produtos mais exportados, nota-se que o Brasil não exporta para Angola nenhum derivado de petróleo. Bens de consumos alimentares, como, açúcar, derivado de animais como miudezas, aves como galos e galinhas, carnes de suínos congelados, e bens intermediários, ou seja, bens usados para um produto final, como chassis, motor a diesel e cabina, barras de ferro/aço (MDIC, 2018).

Tabela 25 - Principais produtos de exportação do Brasil para Angola em milhões de US\$ (2009).

Produtos/Data	2009
Outs. Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim. Pura, Sol.	69,789
Barras De Ferro/Aço, Lamin. Quente, Dentadas, Etc.	49,393
Pedaços E Miudezas, Comest.De Galos/Galinhas, congelados	47,881
Chassis C/Motor Diesel E Cabina, Carga>20t	44,747
Outras Carnes De Suíno, congeladas	40,615
Carnes De Galos/Galinhas, N/Cortadas Em Pedacos, Congel.	38,405
Total	1.333,009

Fonte: Mdic, (2018). Elaborado pelo autor

De acordo com MDIC (2018), concernente aos anos de 2010 a 2015 os principais produtos de exportação do Brasil para Angola, são produtos totalmente voltados a bens alimentares, como se vê neste período não se exportou nenhum bem intermediário e tão pouco

derivados de petróleo. Com tudo, o bem mais exportado foi o açúcar com maior destaque em 2013, totalizando assim 177,714 milhões de dólares. A seguir vem as carnes de galos e galinhas; depois miudezas, galos e galinhas congelados; outras carnes de suíno congelados, Farinha de Milho, e enchidos de carne.

Tabela 26 - Principais produtos de exportação do Brasil para Angola em milhões de US\$ (2010-2015).

Produtos/Data	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Outs. Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim. Pura, Sol.	122,060	136,584	119,636	177,714	177,696	81,198
Carnes De Galos/Galinhas, N/Cortadas Em Pedacos, Congel.	55,529	85,432	77,017	68,420	78,244	39,026
Pedaços E Miudezas, Comest. De Galos/Galinhas, congelados	44,428	71,855	77,509	61,451	65,974	21,893
Outras Carnes De Suíno, congeladas	36,312	61,905	67,659	74,036	76,500	37,771
Farinha De Milho	19,286	44,589	33,805	36,918	47,380	35,379
Enchidos De Carne, Miudezas, Sangue, Suas Prepars. Alimentos	24,778	28,677	44,104	44,443	64,704	23,294
Total	947,119	1.073,77	1.144,542	1.271,25	1.261,79	647,97

Fonte: Mdic, (2018). Elaborado pelo autor

Por último narrando sobre 2016 a 2017, o quadro apresenta novamente que os principais produtos de exportação são totalmente voltados a bens alimentícios. Mais uma vez dá para sentir a falta dos produtos derivados do petróleo, e a falta de bens intermediários e bens de capital. Deste modo, mais uma vez o produto que mais se destaca nas exportações é o açúcar que por sua vez, em 2016 totalizou 192,480 milhões de dólares nas exportações (MDIC, 2018)

Tabela 27 - Principais produtos de exportação do Brasil para Angola em milhões de US\$ (2016-2017).

Produtos/Data	2016	2017
Outs. Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim. Pura, Sol.	192,480	115,705
Carnes De Galos/Galinhas, N/Cortadas Em Pedacos, Congel.	55,688	60,093
Farinha De Milho	53,019	33,928
Enchidos De Carne, Miudezas, Sangue, Suas Prepars. Alimentos	31,665	21,299
Pedaços e Miudezas, Comest.De Galos/Galinhas, congelados	30,212	20,435
Outras Carnes De Suíno, congeladas.	28,337	28,805
Total	539,731	670,449

Fonte: Mdic, (2018). Elaborado pelo autor

3.5.2 exportações de Angola para o Brasil

Conforme os dados extraídos no Banco Nacional de Angola viram-se que quando se fala das exportações de Angola está a se referir ao petróleo, pois os dados nos mostram que de 2006 a 2017 o petróleo totalizava em torno de 95 a 98% das exportações nacionais. E isso não é diferente quanto as exportações de Angola para o Brasil, nota-se a partir dos quadros, que a maior parte das exportações que Angola efetuou para o Brasil são derivados de petróleo, derivados como: propano em bruto, liquefeito, naftas para petroquímica, butanos liquefeitos, outros propanos liquefeitos (MDIC, 2018). Nesta cessão se terá uma leitura com inúmeras tabelas, pois os produtos foram muito variados de ano em ano.

A partir da tabela e gráfico se observa que no período de 2006 a 2007, quanto as exportações, da-se um maior destaque aos Óleos brutos de petróleo, que por sua vez no de 2006 totalizaram 453,526 milhões de US\$, já no ano de 2007, quase que duplicou as exportações de Óleos brutos de petróleo chegando a ser 840,958 milhões de US\$.

Tabela 28 - Principais produtos de exportação de Angola para Brasil em milhões de US\$ (2006-2007).

Produtos/Data	2006	2007
Óleos Brutos De Petróleo	453,526	840,958
Outros Propanos Liquefeitos.	-	50,882
Butanos Liquefeitos.	-	31,909
Naftas Para Petroquímica.	-	13,527
Propano Em Bruto, liquefeito.	5,908	7,504
Total	459,500	946,332

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor

Concernente as exportações do período de 2008 a 2009, nota-se uma variedade de produtos, não mais apenas produtos derivados do petróleo. Com tudo, os produtos mais exportados continuam sendo derivados do petróleo. Quanto a Óleos Brutos De Petróleo se observa que teve uma grande representatividade em 2008, pois noutros anos as exportações foram em milhões, mais no ano de 2008, as exportações subiram para 2.170,835 bilhões de US\$; e 2009 a exportação do mesmo produto decaiu para 76,380 milhões de US\$. Com tudo, também teve nas principais exportações produtos ou bens intermediários como desperdícios, resíduos e aparas, polímeros de etileno; outras obras de ferro ou aço, que por sua vez tiveram representatividade muito baixa para as exportações (MDIC, 2018).

Tabela 29 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2008-2009)

Principais produtos/Data	2008	2009
Óleos Brutos De Petróleo	2.170,835	76,380
Outros Propanos Liquefeitos	54,757	44,463
Butanos Liquefeitos	10,761	16,883
Desperdícios, Resíduos E Aparas, De Polímeros De Etileno	0,074	0,024
Outras Obras De Ferro Ou Aço		4.903
Total	2.236,427	137,760

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor

Relativo aos anos de 2010 a 2011 temos novamente maiores representatividades nas exportações, produtos derivados do petróleo se destacando novamente os óleos brutos de petróleo, com venda de 301,842 milhões de US\$ em 2010 e 364,390 milhões de US\$ no ano de 2011. Deste modo, é notório também a representatividade de produtos derivados de petróleo como propanos liquefeitos e butano liquefeito, algumas maquinas e pela primeira vez um produto alimentício, neste caso, o trigo que efetuou 1,966 milhões de US\$ de exportação (MDIC, 2018).

Tabela 30 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2010-2011)

Principais Produtos/Data	2010	2011
Óleos Brutos De Petróleo	301,842	364,390
Outros Propanos Liquefeitos	103,378	92,453
Butanos Liquefeitos	32,778	35,498
Outs. Ferramentas De Perfur. Etc.De Met. Comuns. Incl. Parte	0,046	-
Motor Eletr.De Corrente Continua,	0,009	-
Trigo (Exc.Trigo Duro Ou P/Semeadura),E Trigo C/Centeio		1,966
Total	494,454	438,079

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor

Para o MDIC (2018), no período de 2012 a 2013 os produtos mais exportados foram todos derivados do petróleo, exclusivo as maquinas de ferramentas e operação a laser. Como se vê na tabela 2012, foi uma no de pouca exportação de Angola para o Brasil os números falam por si, uma vez que o total das exportações foi apenas de 45,922 milhões de U\$. O óleo bruto de petróleo e outros produtos derivados do petróleo, voltou a ter uma grande representatividade nas exportações de 2013.

Tabela 31 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2012-2013)

Principais Produtos/Data	2012	2013
Óleos Brutos De Petróleo	-	614,961
Gás Natural, Liquefeito.	-	47,671
Outros Propanos Liquefeitos	34,061	45,027
Butanos Liquefeitos	11,694	19,131
Partes E Acess. De Maquinas Ferram. Oper.Por "Laser",Etc.	0,010	0,041
Total	45,922	726,836

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor

Com referência aos anos de 2014 e 2015, é notório que as exportações de Angola para o Brasil em 2014 tiveram também uma representatividade exorbitante, e quanto aos óleos brutos de petróleo foram exportados em valores monetário 1.109.815.831,00 bilhões de US\$, também são exportados, bens derivados do petróleo como gás natural liquefeito e outros propanos liquefeitos. Já no ano de 2015 as exportações decaem drasticamente. E o único produto derivado do petróleo que se exportou neste ano são as naftas para petroquímica (MDIC, 2018)

Tabela 32 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2014-2015)

Principais produtos/Data	2014	2015
Naftas Para Petroquímica	-	31,72
Outs. Instrumentos E Apars. De Geodesia, Topografia, Etc.	-	0,04
Outras Pilhas/Baterias Eletr. De Litio	-	0,03
Granito Cortado Em Blocos Ou Placas	-	0,02
Óleos Brutos De Petróleo	1.109,82	-
Gás Natural, liquefeito	64,71	-
Outros Propanos Liquefeitos	6,86	-
Total	1.109,816	31,848

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor

De 2016 a 2017 os dados apontam também grande redução de exportação de Angola para o Brasil. Com tudo, os produtos mais exportados novamente foram produtos derivados do petróleo. O Naftas de petroquímica, com maior representatividade sendo 64,344 milhões de US\$, nas exportações de 2016 e 171,773 milhões de US\$ em 2017 (MDIC, 2018).

Quanto ao Gás natural, liquefeito se observa na tabela que só a essa transição no ano de 2017. Totalizando assim 93,765 milhões de US\$. Vesse também como derivados de petróleo, outros propanos liquefeitos.

Tabela 33 - Exportação de Angola para o Brasil em milhões US\$ (2016-2017)

Principais Produtos/Data	2016	2017
Naftas Para Petroquímica	64,344	171,773
Gás Natural, liquefeito	-	93,765
Desperdícios E Resíduos, De Alumínio	-	0,192
Outros Propanos Liquefeitos	5,708	-
Turbo propulsores De Potência>1100kw	1,875	-
Total	71,966	265,737

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor

3.5.3 Balança comercial, Angola e Brasil de 2000 a 2017.

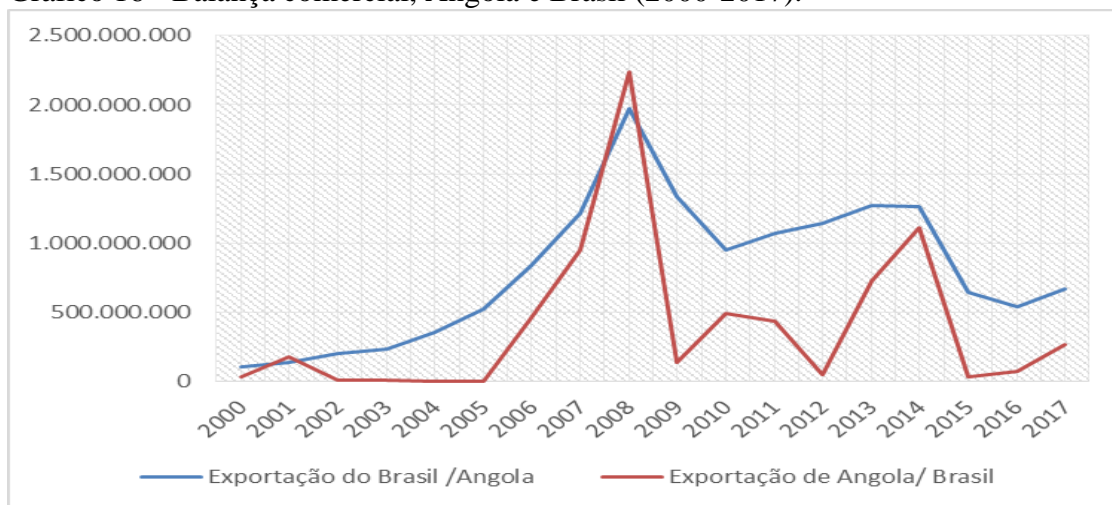
Referente aos dados extraídos do MDIC (2018), a tabela e o gráfico abaixo, apresentam o histórico da balança comercial entre os dois países, uma balança que descreve grandes superávits na balança comercial brasileira em quase todos os anos, exclusive o ano de 2001 e 2008 que a balança comercial de Angola foi marcado com superávit devido crescimento nas exportações de barris de petróleo por dia. Chegando a exportar 672,7 milhões de barris de petróleo bruto no mesmo ano.

Tabela 34 - Balança comercial, Angola e Brasil de 2000 a 2017

Data	Exportação do Brasil /Angola	Exportação de Angola/ Brasil
2000	106.281.536	31.422.471
2001	142.008.853	174.837.212
2002	199.562.411	11.629.324
2003	235.469.291	7.551.779
2004	357.150.788	3.580.646
2005	521.326.869	120.231
2006	837.778.648	459.499.620
2007	1.218.235.629	946.332.224
2008	1.974.575.752	2.236.426.952
2009	1.333.008.513	137.760.201
2010	947.119.243	494.454.461
2011	1.073.706.755	438.078.678
2012	1.144.542.058	45.921.774
2013	1.271.245.128	726.835.843
2014	1.261.718.733	1.109.815.831
2015	647.986.587	31.847.776
2016	539.730.928	71.965.938
2017	670.449.003	265.736.825

Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor.

Gráfico 16 - Balança comercial, Angola e Brasil (2000-2017).



Fonte: Mdic (2018). Elaborado pelo autor.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho proporcionou análise da abertura de mercados de bens, especificamente no desempenho do intercâmbio comercial entre Angola e Brasil no setor petrolíferos num determinado período. Por conseguinte, cada economia do globo terrestre é dependente, tendo assim relações econômicas com as demais, constata-se no fato de que, uma economia qualquer, parte de sua produção de bens, num determinado tempo, geralmente é com certeza vendida para o resto do mundo, a qual se denomina de exportação.

Autores renomados da ciência econômica como Adam Smith, David Ricardo, Obstfel, Krugman e outros, defendem com veemência que a abertura de mercado livre sem tarifas embaraçosa, só gera crescimento econômico e bem estar de uma nação. Assim como o Brasil, todos os países necessitam do comércio exterior, mais para alguns países pertencentes a OPEP, incluindo Angola o comércio internacional é, completamente, uma questão de vida ou morte, são países que necessitam do comércio exterior, pois são conhecidos como produtores e exportadores de um produto só, no caso o petróleo, países do gênero precisam se abrir para importar alimento e outros bens de subsistência, em contra partida exportar petróleo, levando vantagem nos produtos ao qual têm menor custo de produção. O comércio exterior é irrefutavelmente o instrumento mais poderoso de se adequar entre as possibilidades concretas de produção e a estrutura da demanda vigente.

Quanto ao setor de produção estudado no presente trabalho, por maior que seja o esforço em pesquisas para a substituição de tal commodity por energias limpas e renováveis ainda há uma necessidade mundial do petróleo na pauta de exportações de vários *players* do setor. Indubitavelmente quando se fala do setor petrolífero refere-se a um dos maiores e mais amplos mercados do mundo. Pelo fato de ser um dos combustíveis fosses não renováveis mais utilizado para geração de energia, levando assim o funcionamento de máquinas, indústria e veículos para locomoção. Se tornando crucial no desempenho geral da economia mundial, pois a maioria dos setores produtivos dependem desse recurso para uma produção eficiente e eficaz por meio da sua utilidade energética, sendo assim um setor com tendência produtiva de crescimento tecnológico e perspectiva de inovação.

Quanto aos resultados da pesquisa, um dos objetivos principais do presente trabalho foi de apresentar os acordos entre Angola e Brasil voltado ao setor petrolífero, ou seja, o protocolo de cooperação técnica entre o governo da república federativa do Brasil e o governo

da república de Angola no domínio do petróleo. Os acordos internacionais é um ponto de extrema importância para que haja barreira, assim como expansão do comércio entre países.

O protocolo assinado pelos dois países resume-se em gerar maior promoção relacionada ao programa de cooperação técnica entre os dois governos referente ao petróleo. Apresentando como as partes promoverão a cooperação. Portanto, com esse acordo se promoveu a cooperação nas seguintes áreas: estar sempre juntos ao formular políticas, leis e regulamentos para a indústria petrolífera, quanto a fiscalização do seu cumprimento, e a troca de experiência no que concerne a organização e gestão da empresa; os dois países devem trocar informações, acordos institucionais, estabelecimento de base de dados e até transferir tecnologia um do outro, tudo isso, voltado ao setor petrolífero; trocar sempre informação quando um dos governos quiser lançar um programa voltado a área do comércio, isto é, na distribuição de derivados de petróleo e mercados potenciais; promover a colaboração entre as companhias nacionais e apoiar a estadia de parcerias após identificação nos diversos domínios do setor petrolífero entre a empresa dos dois países, permitindo harmonia na alienação de Know-How.

Quanto ao intercâmbio comercial, um dos objetivos específicos do presente trabalho para responder o problema de pesquisa, foi de apresentar graficamente ou mediante tabelas, a evolução do comércio exterior entre Brasil e Angola, e classificar os produtos da pauta comercial do setor petrolífero. As relações econômicas Brasil-Angola tiveram início quando os primeiros africanos foram trazidos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Angola participou ativamente da formação do povo brasileiro, sendo considerada a mãe negra do Brasil. Com tudo, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975.

Quanto a evolução do comércio exterior entre Angola e Brasil e os produtos da pauta comercial, é notório nos resultados da pesquisa que os produtos que o Brasil mais comercializou para Angola no período estudado, foram produtos caracterizados como bens alimentícios como o açúcar, carnes de galos e galinhas, miudezas, galos e galinhas congelados; outras carnes de suíno congelados, farinha de milho, e enchidos de carne. Apenas em três anos o Brasil exportou derivados de petróleo especificamente a gasolina no período de 2006 a 2008.

No ano corrente o governo angolano recebeu duras críticas da FMI, apontando graves problemas econômicos pela falta da diversificação da economia, a balança comercial de Angola é extremamente dependente do petróleo para ser superavitária, tanto como fonte de receitas tributárias como de divisas. O sector petrolífero foi responsável por cerca de 64% das

receitas tributárias e mais de 95% das exportações de Angola em 2017. A alta dependência das receitas petrolíferas se torna muito vulnerável a volatilidade dos preços do petróleo que por sua vez, dificultam na elaboração do orçamento e aumenta a volatilidade dos gastos públicos, isso ocorreu fortemente no ano de 2014 com o choque nos preços do petróleo.

Conforme os dados extraídos no Banco Nacional de Angola viram-se que quando se fala das exportações de Angola está a se referir ao petróleo, pois os dados nos mostram que de 2006 a 2017 o petróleo totalizava em torno de 95 a 98% das exportações nacionais. E isso não é diferente quanto as exportações de Angola para o Brasil, nota-se a partir dos quadros, que a maior parte das exportações que Angola efetuou para o Brasil são derivados de petróleo, como: propano em bruto, liquefeito, naftas para petroquímica, butanos liquefeitos, outros propanos liquefeitos.

E quanto a balança comercial notou-se que os dois países, tem histórico de ter uma balança comercial superavitária. Já a balança comercial entre Angola e Brasil em um histórico de 2000 a 2017 é marcado por superávit na economia Brasileira. O único ano em que Angola teve uma balança comercial superavitária entre Angola e Brasil foi o ano de 2008, ano este que Angola teve maior número de exportação quanto aos barris de petróleo por dia.

Temos como sugestões de trabalho para o futuro pesquisar mais sobre o Brasil e a produção mundial do petróleo, e a relação da Opep com Angola.

REFERÊNCIAS

AGENCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS - APEX. **OPORTUNIDADES PARA AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**. 2015.

Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/3b87d048-067d-4aeb-bafb-c1d904b9b935.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

DOMINGUES, J.; GODOY, C. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR PETROLÍFERO MUNDIAL. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 4, 2 set. 2012.

ALMEIDA, PAULO ROBERTO DE. A ECONOMIA INTERNACIONAL NO SÉCULO XX: UM ENSAIO DE SÍNTESE. **REV. BRAS. POLÍT**, WASHINGTON, v. 1, n. 44, p.112-136, 2001.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA. **Exportação por Países de 1997 a 2017**. 2018.

Disponível em:

<http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=15419&idsc=15423&idl=1>. Acesso em: 11 set. 2018.

BLANCHARD, OLIVIER. **MACROECONOMIA**. 5. ED. SÃO PAULO: PEARSON, 2011.

CARNEIRO, Flavio Lyrio; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. As Relações Comerciais Do Brasil Com o Seu Entorno. In: BAUMANN, Renato; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS e Seus Vizinhos**. Brasília: Mapas Color, 2014. p. 15.

CASSANO, FRANCISCO AMÉRICO. A TEORIA ECONÔMICA E O COMÉRCIO INTERNACIONAL. **PUC/SP**, SÃO PAULO, v. 13, n. 1, p.112-121, OUT. 2002.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL – ANGOLA (1975-1988). **Caderno Crh**, Bahia, v. 1, n. 38, p.137-164, jun. 2002.

ECONÔMICO, Observatório do Complexo (OEC). **Angola**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ago/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

ELLSWORTH, Paul T. A importância das relações econômicas internacionais. In: ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1980. Cap. 31, p. 737.

FALCON, FRANCISCO JOSÉ CALAZANS. O Império Luso-Brasileiro E A Questão Da Dependência Inglesa – Um Estudo De Caso: A Política Mercantilista
GIL, ANTÔNIO CARLOS. **TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA**. SÃO PAULO: ATLAS, 1995.

FEISTEL, Paulo Ricardo; HIDALGO, Álvaro Barrantes. O Intercâmbio Comercial Nordeste-China. **Revista Econômica do Nordeste**, Nordeste, v. 42, n. 04, p.761-777, out. 2011.
Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/176/154>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **Angola**. Washington: International Monetary Fund, 2018. Disponível em:
<<https://www.imf.org/external/error.htm?aspxerrorpath=/~/media/Files/Publications/CR/2018/Portuguese/cr18157p.ashx>>. Acesso em: 20 out. 2018.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GOMES, Eduardo Biacchi. **Blocos Econômicos Solução de Controvérsias**. Curitiba: Juruá, 2001.

GUERINO, Luiza Angélica. **Geografia: A dinâmica do espaço Mundial**. Curitiba: Positivo, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo et al. **A Nova Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HENRIQUES, Lucinda Sobral; LEANDRO, Manuela. **Introdução à economia**. Luanda: Porto Editora, 2012.

INMETRO. **Barreiras Técnicas do Comércio**. Disponível em:
<<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/barreirastecnicas.asp>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

KRUGMAN, PAUL R.; OBSTFELD, MAURICE. **ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA**. 4. ED. SÃO PAULO: BRASIL EDITORA LTDA, 1997. p.783.

KRUGMAN, PAUL R.; OBSTFELD, MAURICE. **ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA**. 6. ED. SÃO PAULO: PEARSON ADDISON WESLEY, 2005.

KRUGMAN, PAUL R.; OBSTFELD, MAURICE. **ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA**. 5. ED. SÃO PAULO: MAKRON BOOKS, 2001.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. O Brasil e a Integração na América do Sul: Uma Análise dos Últimos Dez Anos (2003-2013). **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 41, p. 123-134, mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992014000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 11 set. 2018.

MACHADO, Julio Henrique; FAMA, Rubens; GODOY, Carlos Roberto de. Análise do potencial de geração e manutenção do Valor Econômico Agregado no setor petrolífero mundial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 187, p. 46-59, abr. 2012. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/929>>. Acesso em: 22 out. 2018.

MESQUITA, Paulo Estivallet de. **A Organização Mundial do Comércio**. Brasília: Ideal Ltda, 2013.

MILL, John Stuart. As vantagens das redes internacionais de trocas. In: ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a Economia**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1980. Cap. 32, p. 771

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **FMI**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/119-fundo-monetario-internacional>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (Comp.). **Medidas sanitárias e fitossanitárias**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15559-barreiras-sanitarias-e-fitossanitarias>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Banco Mundial**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MDIC. **Barreiras Técnicas do Comércio**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/803-barreiras-comerciais>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MDIC. **Sistema Geral de Preferências (SGP)**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/807-sgp-sistema-geral-de-preferencias>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio bilateral Brasil- -Estados Unidos: Uma qualificação das pautas de exportação e importação. **Fee**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p.72-95, nov. 2003.

SONANGOL. **História do crude em Angola**. 2018. Disponível em: <<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Explora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o/Paginas/Crude-em-Angola.aspx>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

ONU BRASIL. **FMI**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/fmi/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

OPEP. **Boletim Estatístico Anual**. Viena: Organização do Países Exportadores de Petróleo, 2017. Disponível em: <https://www.opec.org/opec_web/en/>. Acesso em: 25 out. 2018.

ONU BRASIL. **Banco Mundial**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. 1: Saraiva, 2005.

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO NO MERCOSUL. **Ipea**, Rio de Janeiro, p.1-47, mar. 2010.

RICARDO, DAVID. **PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA E TRIBUTAÇÃO**. 2. ED. SÃO PAULO: NOVA CULTURA, 1985.

SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton; MOROSINI, Fabio. Links de comércio e investimento Sul-Sul: reflexões sobre o relacionamento Brasil-Angola. **Foro int**, México, v. 57, n. 2, p. 285-316, junho. 2017.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004. 649 p.

SARQUIS, Sarquis José Buainain. Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SELDON, Arthur; PENNANCE, F. G.. **Dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

STRENGER, Irineu. **Contratos Internacionais do Comércio**. 4. ed. São Paulo: Ltr, 2003.

SOUZA, André de Mello e; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; GONÇALVES, Samo Sérgio. INTEGRANDO DESIGUAIS: ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS E SOUTHERN AFRICA DEVELOPMENT COMMUNITY - SADC. **Comércio de Mercadorias**. 2012. Disponível em: <<https://www.sadc.int/themes/economic-development/trade/>>. Acesso em: 05 set. 2018.

THE WORLD BANK. Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/who-we-are>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre comércio, meio ambiente e padrões sociais. **Bras**, Genebra, v. 2, n. 41, p.29-58, jan. 1998.